

EVARISTO ADELINO NANCASSA

**O PAPEL DAS RECEITAS PÚBLICAS E DA POLÍTICA
FISCAL NA ECONOMIA DA GUINÉ-BISSAU**

Orientador: Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmento

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

Lisboa
2022

EVARISTO ADELINO NANCASSA

**O PAPEL DAS RECEITAS PÚBLICAS E DA POLÍTICA
FISCAL NA ECONOMIA DA GUINÉ-BISSAU**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Economia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 30 de setembro de 2022, perante o júri, com o Despacho de Nomeação N°280/2022, de 19 de setembro de 2022, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.^a Doutora Ana Cristina Freitas Brasão;

Arguente: Prof. Doutor António Teixeira da Costa;

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Manuel M. de Moraes Sarmento Ferreira;

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

Lisboa

2022

Sei que a doença pode me dificultar,
mas não pode me parar, ...

Dedicatória

Aos meus familiares

Agradecimentos

A Deus Todo-Poderoso que em todo o meu percurso está ao meu lado.

À minha mãe, Cecília Augusto Mango, por toda a influência na minha vida.

A toda a família e em destaque aos meus tios: Dr. Augusto Cansete e Alfredo Sanca

Aos meus queridos colegas, amigos e irmãos que de uma forma simbólica e especial contribuirão no meu quotidiano ao longo deste percurso e em especial: Segunda Adelino Nancassa, Deusa Adelino Nancassa, Tchutchá Adelino Nancassa, Vitorino Mário Nhaga, Francisco Oliveira, Januario Injamy, Hipólito Jaime Quadé, Evaristo Sanca Napoca, Maio Albino Biague, Domingos Biague, Tony Cassama, Joaquim Benjamim, Dr. Calisto Coelho e João Arlete Có.

Aos funcionários de Hospital de Coimbra e em especial a todos os médicos.

Aos magníficos Professores, que desde o primeiro ano souberam transmitir os conhecimentos, ao longo destas jornadas até materializar esta obra, nomeadamente o ilustre Professor Doutor Eduardo Sarmento e em destaque o Professor António Goia, (o meu Professor do 1º ano escolaridade).

E, por fim agradeço sem as palavras, mas no fundo do coração ao visionário Professor José Paulo de Oliveira.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a criação de mecanismos eficazes e eficientes, que garantam um melhor controlo e gerência dos recursos financeiros do Estado, a fim de combater a corrupção e responder às necessidades dos agentes económicos e, por outro lado, segue a ideia do modelo Keynesiano, que está relacionado com o aumento dos gastos públicos e, no essencial, nos projetos produtivos, com o intuito de promover o desenvolvimento e crescimento económico sustentável e distribuir a riqueza de uma forma equitativa.

A metodologia seguida refere-se ao método comparativo em termo de “debate” e qualitativo, fazendo uma comparação da Guiné-Bissau, com alguns Países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento e seguir os modelos de desenvolvimento.

Através de uma análise qualitativa verificou-se que a Guiné-Bissau enfrenta problemas estruturais, sendo muito importante garantir a implementação de um sistema eficiente, de captação de impostos para que as receitas obtidas possam ser adequadamente utilizadas, em prol de novos níveis de crescimento e de desenvolvimento.

Palavras-chave: Receitas publicas, impostos, política fiscal, sistema fiscal, Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The purpose of this work is centered on equating and creating effective and efficient mechanisms that guarantee the best control and management of the state's financial resources, in order to combat corruption and respond to the needs of economic agents and, on the other, hand the idea of the Keynesian model, which is related to the increase in public, spending and, essentially in productive projects, with the aim of promoting sustainable economic growth and development and distributing wealth in an equitable way and the methodology followed the comparative method in terms of “debate” and qualitative, farm.

Through a qualitative analysis it was found that Guinea-Bissau faces structural problems, being very important to guarantee the implementation of an efficient tax collection system so that the revenues obtained can be properly used in favor of new levels of growth and development.

Keywords: Public revenue, taxes, tax policy, tax system, Guinea-Bissau.

Abreviaturas, siglas e símbolos

%	Porcentagem
ANEME	Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas
AS	África subsaariana
AT	Autoridade Tributária
ATGB	Autoridade Tributaria de Guiné-Bissau
BAO	Banco da África Ocidental
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
CFA ou XOF	Comunidade Financeira Africana (Franco)
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
DENARP. I	Primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DENARP. II	Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DGA	Direção Geral das Alfândegas
DGCI	Direção Geral das Contribuições e Impostos
DGT	Direção Geral do Tesouro
DI	Direitos de Importações
ECF	Facilidade de Crédito Alargado
EPCA	Assistência de Emergência Pós-Conflito
EU	União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNPI	Fundo de Promoção à Industrialização dos Produtos Agrícolas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEC	Imposto Especial sobre Consumo
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGV	Impostos Geral sobre Vendas e Serviços
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IVA	Impostos sobre Valor Acrescentado
MFPTME	Ministério da Fundação Pública, Trabalho e Modernização do Estado
MMFCS	Ministério da Mulher, Família e Coesão Social

MPEF	Memorando de Política Económica e Financeira
NIF	Número de Identificação Fiscal
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organismos não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
RNB	Renda Nacional Bruta per capita
SYSCOA	Sistema Contabilístico Oeste Africano
UE/ACP	União Europeia/África Caraíbas e Pacífico
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste África
UN	Nações Unidas

ÍNDICE

Introdução	15
Objetivos da pesquisa	17
Metodologia.....	18
Justificativa.....	19
Limitações de investigação.....	20
Capítulo 1 - O papel das receitas públicas e da política fiscal na economia	21
1.1. O papel das receitas públicas na economia	21
1.2. Fonte de obtenção dos recursos financeiros do Estado e diferentes modalidades das receitas públicas.....	23
1.2.1. Conceito e modalidades das receitas	24
1.3. Princípios de um sistema fiscal ótimo	26
1.3.1. - As características desejáveis e ótimas de um sistema fiscal	26
1.3.1.1 Os elementos que contribuem para um sistema fiscal sejam desejáveis e ótimos.....	27
1.3.1.2 Contabilidade Pública.....	28
1.3.1.3. Fatura e recibo	29
1.3.1.4. Transparência	29
1.3.1.5. Eficiência e eficácia.....	30
1.3.1.6. Equidade	30
1.3.1.7. Flexibilidade	31
1.3.2. - Composição orçamental e fiscal da Guiné-Bissau	32
1.3.3. Principais impostos e contribuições sociais no sistema fiscal da Guiné-Bissau.....	32
1.4. O papel da política fiscal na economia.....	36
1.4.1. Os efeitos ou impactos da política fiscal na economia	39
1.4.2 Os elementos que podem impedir o estabelecimento de um adequado sistema fiscal.....	39
1.4.2.1. Fragilidade e instabilidade política.....	39
1.4.2.2. Evasão fiscal.....	40
1.4.2.3. Economia Informal	40
1.4.2.4. Leis ou normas burocráticas.....	41
1.4.3. Os resultados dos estudos ou estimativas empíricas sobre a fragilidade e conflito.....	42
1.4.4. A questão do bem-estar económico e social	43
Capítulo II - Metodologia	44

2.1 Pesquisa qualitativa	44
Capítulo III: A caracterização socioeconómica e política da Guiné-Bissau	47
3.1 A situação socioeconómica e política da Guiné-Bissau desde 2008	47
3.1.1. Situação económica	50
3.1.2. Situação ambiental	57
3.1.3. Situação Política	58
3.1.4. Situação social	60
3.1.4.1 Evolução da população	60
3.1.4.2 Pirâmide etária	61
3.1.4.3 Taxa de alfabetização	61
3.1.4.4 Índice de desenvolvimento humano e os outros	62
3.1.4.5 Evolução do emprego e desemprego	63
Capítulo IV: As medidas e desafios para arrecadar receitas e desenvolver a economia guineense	66
4.1. As estratégias do desenvolvimento económico e social como fator relevante para a criação das receitas	66
4.2- As orientações para estabelecer um plano de desenvolvimento e crescimento económico significativo e sustentável	67
4.2.1 - “Fortalecer o Estado de Direito e as instituições republicanas”	67
4.2.2 - Estabelecer um clima macroeconómico estável e duradouro	68
4.2.3 - Promover um ambiente favorável ao desenvolvimento e crescimento económico sustentável	68
4.2.4 - Melhoramento das instituições e adequabilidade a um plano de desenvolvimento e crescimento económico	69
4.2.5 - O desenvolvimento de capital humano e aumento de nível de conhecimento	69
4.3- Combater a fragilidade institucional	70
4.4. Auditoria às contas públicas	70
4.5. A proposta de criação de uma autoridade tributária e aduaneira na Guiné-Bissau	70
Conclusões e recomendações	72
Referências Bibliográficas	74
ANEXOS	I

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Principais impostos e contribuições sociais no sistema fiscal da Guiné-Bissau	33
Tabela 2 - Estrutura do sistema da proteção social da Guiné-Bissau	35
Tabela 3 - Tipos de impostos praticados na República Portugal e na República da Guiné-Bissau proposto pela convenção para evitar a dupla tributa e evasão fiscal:	42
Tabela 4 - Lista de Primeiros-Ministros da Guiné-Bissau	59
Tabela 5 - Evolução da população da Guiné-Bissau	60
Tabela 6 - Pirâmide etária da população da Guiné-Bissau	61
Tabela 7 - Taxa de alfabetização	61
Tabela 8 – IDH	62

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Potencial das receitas fiscais na Guiné-Bissau (Receita fiscal potencial x efetiva - em percentagem).....	47
Gráfico 2 - Receitas públicas (Guiné-Bissau - %).....	49
Gráfico 3 - Despesas públicas (Guiné-Bissau - %)	49
Gráfico 4 - IDH.....	62

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução do PIB (nominal, milhões de euros)	50
Quadro 2 - Evolução das finanças públicas (% do PIB)	51
Quadro 3 - Contas externas	51
Quadro 4 - Evolução do investimento e da procura interna (mil milhões de francos CFA)...	52
Quadro 5 - Evolução do PIB setorial (mil milhões de francos CFA)	53
Quadro 6 - Evolução da estrutura do PIB por setor (%)	54
Quadro 7 - Evolução da Balança de Pagamentos (milhões de francos CFA)	54
Quadro 8 - Evolução da Balança Comercial (mil milhões de francos CFA)	55
Quadro 9 - . Evolução das exportações (mil milhões de francos CFA)	55
Quadro 10 - Evolução da dívida externa (milhões de USD e %).....	56
Quadro 11 - Evolução das operações financeiras do Estado (milhões de francos CFA)	56

Introdução

O objetivo desta dissertação, se baseia na criação de mecanismos eficazes e eficientes, que garantam um melhor controlo e gerência dos recursos financeiros do Estado, a fim de combater a corrupção e responder as necessidades de agentes económicos, e, por outro lado, enfatizar o papel das receitas publicas e da política fiscal no plano de desenvolvimento e crescimento económico significativo e sustentável da Guiné-Bissau.

O Estado é uma instituição organizada e com o objetivo de promover o bem-estar económico e social da população, face a este propósito, realiza as despesas e necessita das receitas com vista a suprir as despesas e daí advém as chamadas finanças públicas.

Ao falar do Estado, verificamos a existência de várias ideias relevantes sobre o papel do Estado na economia¹, que se baseia no estabelecimento de políticas macroeconómicas ou públicas com o intuito de satisfazer as necessidades coletivas da população. Neste âmbito, nos séculos passados, e a partir do século XVIII e até meados do século XIX, verificou-se a preocupação da escola clássica Inglesa, com o pensamento “deixar fazer” e em particular Adam Smith (1776), defendeu “o papel mínimo do Estado” e que na altura, a estratégia sobre o sistema fiscal era pouco eficaz e eficiente, de acordo com a ideia do Estado mínimo cuja função primordial do Estado é prover os “bens essenciais²” e deixar a atividade lucrativa ou económica funcionar livremente.

Na mesma linha de pensamento, David Ricardo, enfatizou uma “regra de ouro” que referia “que os planos financeiros mais viáveis, consiste em fazer menos gastos e os impostos mais viáveis são aquelas que proporciona menos receitas” (Santos, 2009, p. 21). Perante estes pensamentos que contribuíram para a evolução sobre o pensamento do papel do Estado, sobre a economia, e as abordagens sobre a função do Estado na economia não criava uma estratégia notável a longo prazo e duradora sobre agentes económicos e nem se focalizava no problema da equidade social.

A par de outros economistas, Keynes, de acordo com Caldas (2010, p. 69) “importou-se na altura ou no seu tempo a conhecer as crises e flutuações económicas e como eles demonstraram que por falta de mecanismo automáticos que se permite uma economia

1 Economia, ciência que estuda a produção, distribuição e consumo de bens e serviços, e a repartição de rendimentos.

2 Bens essenciais, educação, estradas, saúde, segurança pública, etc.

capitalista encontrar soluções adequadas para sair da depressão”, o Estado tinha uma função tão relevante a desempenhar neste âmbito e a ideia ou mensagem chave de Keynes é da necessidade de reforçar a atuação ou seja a intervenção do Estado na atividade económica, “dando mais dinâmica a economia, e estando com sintonia com o processo evolutivos das atividades económicas, e desta forma superando a ideia o “deixar fazer” Keynes (1936). Estas ideias tiveram grande influência naquela altura, dando origem ao surgimento da macroeconomia.

Face a estes pensamentos, podemos enquadrar um pensamento desenvolvida por Modigliani e Miller (1958), sobre a estrutura de capital que é mais conhecida por “proposição I”, e o cérebro do artigo é assumir num dos pressupostos, um mundo com ausência dos impostos, ou seja, um “mundo sem impostos”. Obviamente, observando este pensamento do “mundo sem impostos”, levou-me a ter vários pensamentos e questionários entre as quais: Como é que o Estado conseguiria arrecadar as receitas públicas face as suas despesas? será que num mundo sem imposto existiria as finanças públicas? será que falaremos da questão do bem-estar social e económico desenvolvimento e crescimento económico?

Perante estas questões e a realidade do mundo, conclui-se que faz sentido enfatizar a função do Estado e a importância dos impostos ou receitas públicas no plano de desenvolvimento e crescimento económico significativo e sustentável. Porque toda a engenharia económica ou construções dos modelos económicos para a governação passa pela política fiscal, usando as estratégias eficazes e eficientes para encontrar receitas públicas face as necessidades do Estado.

Todavia a política fiscal, pode ser restritiva ou expansionista, mas é um alicerce para o funcionamento da economia e de controle das variáveis económicas e de agentes económicos.

Um País como a Guiné-Bissau deve desfrutar desta política a fim de criar a riqueza e distribuí-la de uma forma justa e transparente, garantido um bem-estar económico e social duradouro da população. Uma vez que a Guiné-Bissau não possui a política monetária sob o seu controle. Devido que a Guiné-Bissau está inserida na UEMOA.

Objetivos da pesquisa

O estudo tem como objetivo a criação de mecanismos eficazes e eficientes, que garantam um melhor controlo, e da arrecadação das receitas públicas da Guiné-Bissau e na criação da mesma. Aplica-lo para a promoção de bem-estar social e económico e na projeção de melhor qualidade da vida da população guineense, controlo das variáveis económicas e proporcionar a melhor qualidade na gestão da tesouraria pública e sua transparência perante os seus cidadãos, incentivar e atrair investimentos através da política orçamental e fiscal de um governo e que é uma das formas para elevar as receitas públicas e promovendo o desenvolvimento e crescimento económico sustentável.

Neste contexto, as questões que o trabalho busca responder são as seguintes:

Como criar as receitas públicas e distribuí-las de uma forma equitativa no caso da Guiné-Bissau?

Metodologia

A metodologia usada neste trabalho é essencialmente uma pesquisa qualitativa, devido à sua relevância nas ciências comportamentais, e torna-se cada vez mais interessante no contexto das ciências sociais, porque permite conhecer o assunto ou a causa da sua forma natural e desenhar os mecanismos capazes de solucionar o problema ou assunto estudado.

Por outro lado, será feita uma análise a vários documentos oficiais do governo da Guiné-Bissau e ainda a outros relatórios de entidades internacionais sobre o tema.

Justificativa

A pesquisa está inserida num dos temas que não é só de interesse dos economistas, mas sim, da toda classe social ou sociedade em geral. E justifica-se na medida que as receitas tem impactos positivos e negativos no funcionamento de qualquer organização, uma vez que sabemos que Estado ou outras organizações podem ter megaprojetos, mas se não há fontes de financiamentos ou receitas necessárias a fim de concretizar estas ideias ou projetos, fica como um vazio ou nos papéis. No caso das empresas ou outros tipos de organizações, quando não conseguem alcançar as receitas ou recursos financeiros necessários ao seu funcionamento desaparecem. Mas com o Estado isto não acontece, mas sim torna-se num «Estado falhado³» ou Estado que não cumpre com as suas funções. No que concerne a esta temática, podemos exemplificar que a maioria dos Países, com enormes potencialidades de fontes de arrecadação das receitas públicas, são chamados de Países ricos ou desenvolvidos, com um nível de bem-estar tão elevado ou desenvolvimento e crescimento económico significativo e sustentável. Porque souberam gerir ou administrar de uma forma adequada os seus recursos e o exemplo concreto é o caso da Noruega. A Guiné-Bissau é um País com enorme potencialidade nos seus recursos naturais, mas é um País pobre, como iremos descrever noutro capítulo. Toda esta riqueza natural pode ser transformada em fonte de receita, fazendo com que a economia da Guiné-Bissau efetue um lançamento, a um ritmo de desenvolvimento e crescimento sustentável, mas com falta de capital humano adequado e com a visão ampla e com a capacidade de saber gerir o potencial do País a população, vive numa situação desastrosa economicamente (Gonçalves, 2011). O que significa que o capital humano está acima de tudo, porque tendo recursos naturais e não tendo homens capazes de geri-lo de uma forma adequada tudo fica estagnado.

Neste âmbito o investimento na educação e estabilidade política têm impactos positivos no desenvolvimento e crescimento económico num País.

³ Estado Falhado: São Estados que possuem estruturas estatais e económicas débeis, que não detêm o monopólio do uso da força, não sendo capazes de administrar as reformas necessárias e garantir a integridade territorial. Por seu turno, o Crime Organizado emergiu como uma das grandes ameaças à Segurança internacional provocando uma erosão dos órgãos de Soberania e de Segurança, mitigando o Estado de Direito e a ordem política interna e ameaçando o Bem-Estar social e de Direitos Humanos.

Limitações de investigação

Durante a execução deste trabalho, deparámo-nos com situações em que houve falta de dados e estatística de qualidade e fiável, o que não permitiu fazer um estudo tão exaustivo e real sobre o tema de todos os indicadores sobre economia da Guiné-Bissau. Esta situação foi mesmo reportada pelo FMI.

De acordo com o Relatório do FMI nº 17/380 (2017 p. 24) que a “qualidade e atualidade dos dados económicos. A deficiência das estatísticas económicas continua a prejudicar a supervisão, sendo diferentes conjuntos de dados com frequência inconsistentes e sujeitos a grandes revisões. A AT tem ajudado na produção de contas nacionais e estatísticas das finanças públicas, e espera-se que as iniciativas em curso ajudem a melhorar as estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional. Contudo, existem ainda muitas questões relativas aos dados. As autoridades sublinharam o papel da AT no reforço das estatísticas, e salientaram o seu progresso no sentido da melhoria dos dados de base das contas nacionais e planeiam publicar, até março de 2018, contas nacionais revistas com um ano base revisto (MPEF: ¶31)”.⁴

Por outro lado, verificamos de acordo com João César das Neves (1997: p. 20) que “as leis da economia devem ser comparadas com as leis das marés, e não como as leis simples e exatas da gravitação. Pois ações dos homens são tão variadas e incertas que a melhor afirmação de tendências, que podemos fazer numa ciência da conduta humana, deve ser inexata e defeituosa”.

Perante esta afirmação e atendendo a que as estratégias de desenvolvimento e crescimento económico sustentável requerem um conjunto de variáveis e fatores, que devem funcionar em simultâneo para garantir um bom funcionamento da economia (ex.: estabilidade política, políticas públicas adequadas, capital humano, recursos naturais, etc.).

Assumimos, que qualquer outro investigador nesta área científica pode ter a sua opinião ou seja ponto de vista, mas o essencial do trabalho é de enfatizar a importância das receitas e da política fiscal, no processo de desenvolvimento e crescimento económico significativo e sustentável, ilustrando as vias desejáveis e ótimas de criação e de arrecadação das receitas públicas para que um País possa cumprir com as suas funções.

⁴ Ver, Relatório do FMI nº17/380 (Dezembro de 2017, P. 24 e 59 em anexo I); Consulta de 2017 ao abrigo do artigo iv, quarta avaliação no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado e Avaliação das Garantias de Financiamento — comunicado de imprensa, relatório do corpo técnico e declaração do administrador para a Guiné-Bissau OU <file:///C:/Users/Evaristo/Downloads/cr17380p.pdf>

Capítulo 1 - O papel das receitas públicas e da política fiscal na economia

O essencial deste capítulo, é de perceber o que são as receitas com as diferentes abordagens, e as fontes das receitas públicas, destacando o contributo do sistema fiscal no plano de desenvolvimento e crescimento económico, e assim como conhecer o peso do Estado no funcionamento das economias através das suas funções, e que através delas nos permite equacionar mecanismos adequados para o bom funcionamento da economia e garantir um bem-estar aos agentes económicos, que é feita através dos impostos, ou seja, política fiscal.

1.1. O papel das receitas públicas na economia

Segundo Bonito Perfeito et al. (2013, p.1351) dicionário da língua portuguesa, receita é uma palavra que “significa:

1. aquilo que se recebe, quantia recebida;
2. cobrança de que é devido;
3. Economia rendimento de um Estado, de uma empresa, de uma pessoa, etc;
4. o que resulta de venda de bens ou serviços em lojas, estabelecimentos”.

As receitas públicas podem ser entendidas como “entrada definitiva de qualquer bem no património público” (Cera, 2010, p.15; e enquanto no seu entender, a receita pública “é um conjunto de arrecadação ou do património estatal que o Estado possui, o poder total” ou seja as receitas públicas “são aquelas que aumentam o património do Estado”, e por outro lado, o Ingresso é tudo aquilo que diminui o património do Estado, na sua entrada. São chamados de ingressos⁵, por exemplo, venda de um património de Estado, e por seu turno, e segundo o que está documentado em aprender a tributação (2008), as características das receitas públicas são as seguintes:

- “integrar-se em geral ao património do Estado aleatório”
- “Não há outro elemento alheatório”
- “Não apresenta o risco, pois aumenta só o património estatal”; e todas as receitas publicas que não apresemta estes características, são chamados de ingressos.

⁵ Ver, www.aprendatributario.com.br/?m=200808 n

Conforme o artigo de Elza Maira Cavalcanti e Roviane Oliveira Santana (2014: p. 13), verifica-se que as receitas públicas “advêm principalmente dos tributos cobrados da sociedade”.

Neste âmbito as receitas públicas podem ser entendidas, como inúmeras formas do Estado ou do Governo arrecadar dinheiro ou recursos financeiros visando a satisfação, das necessidades individuais do Estado e as necessidades coletivas que se podem dividir em:

(i) Necessidades individuais do Estado: as regalias, os equipamentos, os carros as formações dos funcionários;

(ii) Necessidades coletivas do Estado: estradas, iluminação pública, entre outras.

Neste debate, e numa outra perspetiva, de acordo com Santana, Cavalcanti e Paes, (2012, p. 247) os autores demonstram que por si só a diminuição “da carga tributária não é favorável para a economia, mas a elevação do investimento público provocaria grandes alterações no nível de capital e bem-estar, bem como a elevação real de arrecadação”.

Por outro lado, segundo o estudo empírico relacionado com “gastos produtivos e crescimento económico” feito por Aschauer (1989) e citada por Santana et al. (2012, p. 248), revela que “os gastos com infraestruturas (rodovias, aeroportos, entre outros) contribuem para a elevação da produtividade do setor privado nos Estados Unidos”.

Neste contexto se a Guiné-Bissau optar por direcionar os recursos financeiros nos investimentos produtivos, por exemplo a construção de porto de Buba, seguindo a lógica de estudo Aschauer (1989), contribuirá para o aumento da produtividade do sector privado guineense. Este aumento poderá ter efeitos no Estado no plano da arrecadação das receitas e criação do bem-estar económico e social entre agentes económicos, devido à tendência do circuito económico e escoamento dos produtos. Por outro lado, nota-se que quase em toda a sociedade mundial a tributação é vista como um “verdadeiro mal necessário” porque é a partir da tributação que Estado retira grande parte das receitas ou dos recursos para se “manter e se consagrar às suas funções” Lukic (2012, p. 9). Neste contexto, um assunto que tem merecido discussões no Brasil está “relacionada às dinâmicas do gasto público e da arrecadação tributária no país” e os resultados fiscais do estudo brasileiros demonstraram que aumento significativos da “carga tributária e dos gastos públicos governamental” os resultados do estudo demonstraram que a “carga tributaria como proporção do PIB” cresceu significativamente, e na mesmo ótica houve um crescimento notável das receitas líquidas governamental Rebelo, (2010).

1.2. Fonte de obtenção dos recursos financeiros do Estado e diferentes modalidades das receitas públicas

De acordo com Santos et al. (2009, p. 21), “a prossecução dos diversos objetivos do Estado, bem como o próprio funcionamento das instituições públicas exige a transferência em maior ou menor grau de recursos do setor privado da economia para a esfera da decisão pública”, e as formas de encontrar os recursos visando a cumprir as tarefas do governo, em décadas anteriores é feita de diferentes formas:

- Requer que recrutemos ou se efetue a requisição direta dos recursos físicos (caso, por exemplo, de mão-de-obra para a construção de estrada, mobilização militar, etc.).
- Confiscamento de bens ou nacionalização de indústrias ou setores, com afetação do uso afins públicos (por exemplo, produção de aço em período de guerra, caminha de ferro, etc.).
- Utilização de outros meios compulsórios, os públicos forçados, etc.

Estas formas de obtenção dos recursos ou meios com vista ao financiamento ou realização da função ou papel do Estado impõem várias inconveniências, nomeadamente, a nível administrativo, além de que não é tão eficiente e eficaz, devido aos custos elevados.

Dado, que esta forma de financiamento se apresentava ineficaz e outras dificuldades ao Estado, para o cumprimento dos planos ou objetivos de investimentos públicos fez com que muitos governos ou governantes deixassem de utilizar esta forma de financiamento, para a atividade do Estado e optassem nas últimas décadas por métodos ou vias mais eficazes, e seguros de forma a assegurar os encargos provenientes de atividade pública. Constituídas essas fontes de financiamento, designadas por receitas públicas, que podem ser definidas, “fundamentalmente, como abrangendo todas as somas em dinheiro ou recursos equivalentes, cujo beneficiário é o Estado ou uma outra entidade pública administrativa, e que tem como finalidade principal satisfazer as necessidades financeiras e outros fins públicos relevantes” Santos et al. (2009, p. 21).

Há que referir que este conceito tem mais sentido no que se refere à receita pública, justificando através desta frase: ou uma outra entidade pública administrativa, e que tem como finalidade principal satisfazer as necessidades financeiras e outros fins públicos relevantes, «exemplo: podemos receber donativos em termos matérias para a força armadas, fardas, carros, e assim também como os Bombeiros Humanitários» e são chamadas receitas limpas, porque envolvem poucos custos para obtê-lo. No entanto, se os Bombeiros Humanitários da

Guiné-Bissau receberem equipamentos de combate aos incêndios, por exemplo carros, helicópteros, estes equipamentos não vão para o cofre ou tesouraria do Estado, mas sim para uma outra entidade pública administrativa, neste caso ou exemplo é os Bombeiros Humanitários, e outros fins públicos relevantes, mas assim são destinados a uma necessidade como é o combate aos incêndios, em vez de ser uma entrada monetária é uma entrada em género.

Não sendo esta uma forma de financiamento, o Estado encontrou outros recursos financeiros e se baseiam no seguinte: “através da cobrança dos impostos, emissão da moeda e fazer os empréstimos”. segundo Neves, (1997, p. 77). Mas, a forma de financiamento que nos interessa neste estudo é a cobrança dos impostos, porque os impostos é que permitem determinar a capacidade produtiva e fazer as previsões necessárias.

1.2.1. Conceito e modalidades das receitas

As receitas fiscais existentes têm diversos campos de atuação elas podem ir de impostos até a pequenas taxas existentes. De seguida daremos o conhecimento de cada uma delas e em que campo atuam de forma a dar proveniência monetária ao Estado.

- **Receitas fiscais ou impostos:** são prestações pecuniárias de natureza corrente, definitivas, com carácter coerciva e unilateral, porque sem contrapartida imediata e direta para quem a paga ou suporta, de que são beneficiários o Estado ou uma Autarquia local, outros níveis de governo ou outro ente público «ex.: IVA» imposto sobre veículos, imposto sobre tabacos, imposto municipal sobre imóveis.

- **Receitas parafiscais ou contribuições:** são contribuições sociais pagos pelos funcionários em termos dos impostos. E o exemplo deste tipo de imposto é a contribuição paga pela entidade empregadora à segurança social., no que se refere aos seus funcionários, de acordo com o vencimento de cada funcionário. Mas a diferença deste imposto com os outros, é que quem a paga tem os benefícios sociais a favor dele. Se devido a circunstâncias da vida existir perda do emprego, doença ou de velhice terá direito a subsídio de desemprego, pensão de velhice e estes tipos de contribuições são geridas por instituições sem carácter lucrativo, como é o caso da Guiné-Bissau que é o Instituto da Previdência Social.

- **Receitas patrimoniais:** são receitas vindo das cobranças de património «mobiliário e imobiliário» estatal. O exemplo deste tipo de receita são os seguintes: rendas de edifícios ou de concessões, dividendos recebidos de empresas públicas, etc.

- **Taxas, licenças e preços:** são prestações pecuniárias efetivas de caráter corrente, e de natureza bilateral, pressupõem uma contraprestação específica «benéfica ou não para quem a paga» por parte do serviço público que a cobra «ex.: prestação concreta de um serviço público, utilização privada ou individualizada de bem do domínio público ou remissão de um regime jurídico à atividade dos particulares», como nos casos respetivamente, de emissão de passaporte, de diploma escolar, comprovativo de um grau académico; autorização de uso comercial de uma área ou passeio público, permissão para a prática de caça em zona não concessionada”, pagamento de uma portagem, utilização de algumas casas de banhos nas estações e paragens, etc. devendo em primeiro, estabelecer alguma relação proporcionalidade.

- **Multas, penalidades e coimas:** são pagamentos realizados ao Estado pelos agentes económicos, ao violar um determinado regulamento ou norma estabelecida pelo poder central ou local (ex. vivendo ilegalmente num determinado território de um País, usando as redes de pescas nas áreas proibidos, usando os transportes públicos de forma ilegal, etc.

- **Receitas creditícias ou empréstimos:** são todas as receitas que obrigam efetivamente o Estado ou o governo a ter um recurso ao crédito, e este tem um plano de pagamento e taxas de juros.

- **Receitas transferidas:** são todas as receitas obtidas através da questão da equidade administrativa em coesão com a equidade social, e é feito através das autoridades administrativas públicas «caso da Guiné-Bissau, entre as autoridades públicas das regiões do País ou entre os departamentos públicos do país» e, são chamadas de receitas transferidas, pois não decorre da competência tributária da entidade política que a recebe.

- **Donativos ou receitas doadas:** são todas as receitas que recebemos de terceiros sem contrapartida e é a receita mais limpa que não envolve quaisquer custos para o Estado. Estas podem provir de pessoas individuais ou singulares, pessoa coletiva ou jurídica, apoio que recebemos de outros Países e organismos internacionais.

Ou seja, as receitas doadas, são todas as receitas que recebemos aleatoriamente sem contrapartida.

Como exemplo das receitas doadas temos a prestação de serviços grátis (força da manutenção da paz das nações unidas, ONG), montantes que recebemos em termos do dinheiro ou matérias equivalentes.

-Receitas públicas não tributárias transferidas: estes tipos de receitas públicas provêm das receitas doadas por outros agentes económicos e que por motivo da equidade ou da lei, o Estado transfere estes donativos ou recursos para as regiões ou departamentos públicos com mais necessidade.

1.3. Princípios de um sistema fiscal ótimo

Os princípios de um bom sistema fiscal, são aqueles que garantem uma gestão visível do património, ou seja, uma gestão transparente dos recursos e que aplica mecanismos eficientes e eficazes, no sentido de atender as necessidades dos agentes económicos.

Aposta na prestação de serviço de qualidade e apresenta capacidade de enfrentar os desafios da globalização e por outro lado aposta na “tributação ótima” e neste contexto, de acordo com Stiglitz (2000), citada por Carlos Alberto Pereira, Fábio Rodrigues de Oliveira e Mauro Fernando Gallo, (2014) demonstram que a teoria de tributação ótima se centraliza em conhecer os tributos “deveriam ser”. Deve ser instituído de maneira a atingir os objetivos da eficácia económica, ou seja, “causar menos impacto nas decisões dos indivíduos”. Os autores anteriormente referidos revelam que o objetivo da teoria da tributação ótima, consiste em “corrigir as distorções ocasionadas pelo tributo à economia e garantir o respeito a capacidade contributiva”.

Além disso, e ainda no mesmo contexto, ilustram que os princípios desta teoria podem estar mais associados à economia, e por outro lado, podem servir de argumento para juristas que procuram corrigir as distorções do sistema tributário atual, na busca por um sistema mais justo e eficiente.

No entanto, nota-se que a Guiné-Bissau, devido à sua situação política com efeitos importantes na estrutura administrativa do País, acaba por aparecer como uns dos Países com baixa pressão fiscal e com uma administração fiscal deficitária.

1.3.1. - As características desejáveis e ótimas de um sistema fiscal

Quando se fala das características ótimas e desejáveis de um sistema fiscal, podemos ter como referência ou ponto de partida os Países desenvolvidos, onde geralmente tudo o que se paga tem como prova a emissão de um recibo como comprovativo. Todos os recibos têm números de série e em muitos casos, o sistema é informatizado. Perante estes factos, é possível implementar um sistema seja ótimo e desejável, porque permite melhor transparência e melhor controle das receitas fiscais ou públicas do Estado independentemente de os utilizadores dos bens e serviços públicos poderem estar de acordo ou não. Todavia, o

essencial é que sabem que estes recursos serão utilizados em prol do bem da sociedade, ou seja, de acordo com Santos et al. (2009, p. 214) a “realização das despesas e obtenção de receitas estão, portanto, uniformizados por um fim comum, a satisfação das necessidades sociais”.

O caso da Guiné-Bissau, que iremos descrever mais detalhadamente de seguida, mostra um País com enormes dificuldades de garantir um sistema fiscal desejável e ótimo, uma vez que o País tem dificuldades em todas as vertentes. O sistema existente não se encontra informatizado, vários ministérios ou departamentos recebem montantes como forma de liquidação de um determinado serviço público, mas não passam a fatura como o elemento justificativo. Por outro lado, há muitos intermediadores ilegais nomeadamente nos ministérios da justiça e finanças.

Tudo isto permite ou facilita a possibilidade de aparecimento de corrupção e vícios entre os envolventes.

De acordo com o estudo do diagnóstico de integração do Comércio (Ministério de Comércio, 2010, p. xiii) conclui-se que há “necessidade de implementar sistemas informatizados modernos que não só são caros, mas que exigem também uma formação importante do pessoal. Globalmente, será importante investir a curto prazo na modernização das operações aduaneiras”. Já de acordo com Soares (2006, p. 565) “a responsabilidade do Estado, portanto, é a de demonstrar que cobra com justiça aquilo que é devido e que o aplica com a justiça e com eficiência”.

Já de acordo com Mateus Abel Moreira (2010) a moderna teoria dos impostos ótimos aponta para um conjunto, relativamente simples de princípios: baixa taxa de imposto, e largas bases tributárias para reduzir distorções, taxas uniformes para simplificar e reduzir distorções (Atkinson & Stiglitz, 1976).

1.3.1.1 Os elementos que contribuem para um sistema fiscal sejam desejáveis e ótimos.

Existem vários elementos que podem ser sistematizados. Destacamos os principais.

Nota: acrescentamos neste trabalho a contabilidade pública e recibo, porque achamos que é muito importante para a Guiné-Bissau.

1.3.1.2 Contabilidade Pública

A contabilidade pública é um ramo da ciência direcionada para conhecer o património público e analisar os atos e factos que ocorrem nas instituições públicas, deixando orientações de variações ou fluxos ocorridos no património nos diferentes períodos ou etapas.

A sua importância passa por proporcionar instituições com conhecimentos que dispõem de informações atualizadas e precisas, que podem ser descritas em valores monetários, transmitindo os movimentos ocorridos de maneira a facilitar as tomadas de decisões dos gestores e ainda ilustrando a situação económica e financeira efetiva da entidade em determinado momento.

De acordo com Ramos (2006), a Contabilidade Governamental é uma especialização da ciência da contabilidade, voltada para o estudo e a análise dos atos e factos que ocorrem na administração pública, e por seu turno Luís António de Oliveira Datas (2017), que a contabilidade pública, “é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios e as normas contábeis”.

Além disso, ele demonstra que a contabilidade pública, recolhe as informações ou dados, regista e controla os atos e fatos de natureza patrimonial, orçamentária e financeira do património público”, e por outro lado, evidenciando as variações e os consequentes resultados, inclusive sociais, nas entidades de administração pública e a elas equiparadas, proporcionando aos interessados, informações relevantes em apoio aos processos de tomada de decisão e de prestação de contas.

Por sua vez, Calado, Silveira e Carvalho (2006) afirmam que a organização da Contabilidade Pública assenta, por definição, no cumprimento de normas e regras legalmente definidas pelos órgãos competentes. De facto, a sua missão tem por objeto o cômputo e controle da informação respeitante aos dinheiros públicos, conseguidos fundamentalmente à custa de impostos lançados sobre os cidadãos em geral, razão pela qual as regras para o seu dispêndio são pormenorizadamente previstas e descritas nos dispositivos legais vigentes, e ainda por outros investigadores interessados nesta temática, (“contabilidade pública”).

Concluiu-se no estudo feito sobre a importância das finanças públicas, que é necessário enfatizar a relevância da “contabilidade pública” nas instituições do Estado e sublinharam que a “contabilidade pública precisa ser estudada mais a fundo”, pois ela é um instrumento fundamental para a “eficácia” no cumprimento dos seus objetivos, bem como um instrumento de “transparência e clareza” face os atos económicos e financeiros dos governantes perante os cidadãos.

1.3.1.3. Fatura e recibo⁶

As finanças públicas são registadas através de documentos através de recibos e faturas.

O recibo é um suporte documental que certifica ou serve de testemunho que alguém pagou um valor parcial ou total de um produto ou serviço comprado ou prestado.

Neste contexto, temos outro documento importante que é a fatura, isto é, um documento descritivo da compra efetuada: data, dados do comerciante e do cliente, produtos e/ou serviços, taxas de IVA e valores, ou seja, a fatura pode ser considerada como documento emitido pelo vendedor, do qual constam as condições gerais da transação e o apuramento do valor a pagar pelo comprador.

Nota: acrescentamos neste trabalho a contabilidade pública e recibo, porque achamos que é muito importante para a Guiné-Bissau.

1.3.1.4. Transparência⁷

As regras devem ser tanto quanto possível, estável e fácil compreensão para os contribuintes, e permitir a responsabilização política.

Podemos definir a transparência, como a forma legível de gerir os recursos, deixando informações precisas e claras sobre o serviço prestado.

A transparência, em termos de prestação de serviço individual, pode ser vista no âmbito de quando se está a prestar um serviço com integridade e qualidade.

E, salientamos o significado da transparência em termos políticos mencionado no dicionário português⁸, onde se demonstra que a importância da contabilidade pública nas instituições é tão relevante e acima de tudo dos recibos que registam e ilustram todos os movimentos ocorridos (entrada e saída), o que facilita a comunicação, porque nos permite conhecer o valor coletado das receitas, o valor das despesas e de todos os fluxos de capital e da transação e da circulação do dinheiro e dos bens públicos.

⁶ Ver, queconceito.com.br/recibo

⁷ Ver, <https://www.dicio.com.br/transparencia/>

⁸ Ver, <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/transpar%C3%A2ncia>

1.3.1.5. Eficiência e eficácia

A eficiência e a eficácia, pode levar ao desenvolvimento. De acordo com a abordagem de Neves (1997, p. 68) defende-se que “o desenvolvimento económico é um fenómeno dinâmico resultante da concorrência”.

Por outro lado, Schumpeter (1914), citada por Neves (1997, P.68) ilustrou o desenvolvimento como “distribuição e criação”. O autor defendia que o desenvolvimento deve ser entendido como uma melhoria de qualidade de vida, do produto e das prestações dos serviços tornando o processo mais eficiente e eficaz. Desta forma, consegue-se perceber que incentivar a procura de eficiência e de eficácia na atividade económica é outro objetivo primordial do Estado ou dos seus governantes e que deverá procurar minimizar as barreiras à entrada na indústria de serviços bem como estimular a concorrência ou a economia. Isto implicará a existência de regras para controlar a estrutura e competição dos mercados, pressupõe a existência de uma regulamentação simples de forma a combater a assimetria de informação e perda do tempo relativamente ao processo de criação das empresas.

Eficiência, os impostos devem ser recolhidos de molde a minimizarem as interferências com decisões eficientes dos agentes económicos em mercados concorrenciais.

Eficácia financeira, as receitas geradas por um sistema fiscal devem ser adequadas e suficientemente para satisfazer as necessidades financeiras e objetivos da política orçamental.

1.3.1.6. Equidade

Segundo Neves (1997: p. 58) “quando se fala de equidade social ou para que não haja a diferença significativo entre as classes sociais, o Estado os governantes devem promover certas ações de carácter inclusivo que não faz o(s) individuo(s) a(s) pessoa(s) se sentir inferior, mas que o(s) individuo(s) sintam que está num mesmo padrão de vida com outros cidadãos, garantindo o acesso a bens e serviços essenciais a vida.

Se se tiver um rendimento pensões, rendimento social de inclusão etc., é de salientar a ideia do Professor Paulo Oliveira que afirma que “o rendimento básico incondicional e universal é um salto de gigante para a construção das sociedades humanas do futuro” e o propósito desta ideia segundo ilustrou o Professor Paulo numa das conferências na Universidade Lusófona é que se quer tornar a sociedade mais justa e manter a dignidade da pessoa humana e de eliminar as barreiras de rendimento mínimo e as humilhações que as pessoas passam para usufruir desta prestação.

O Professor Francisco Louçã, no caso relacionado com um sistema fiscal desejado e ótimo, destaca que nesta situação os impostos diretos têm um papel importantíssimo, ou seja,

são relevantes porque definem os mecanismos da justiça social entre os cidadãos, e ainda constituem um instrumento que o Estado utiliza para equilibrar a sociedade. Estes impostos devem ser proporcionais ao nível de rendimento ou da riqueza dos indivíduos de forma a preservar a equidade social (Louçã & Caldas, 2010).

1.3.1.7. Flexibilidade

A estrutura dos impostos deve ser desenhada de modo a constituir um instrumento eficaz de estabilização automática de conjuntura.

Quando se trata da flexibilidade de um sistema fiscal devemos pensar nas estratégias que não vão afetar os envolventes no processo, de uma forma negativa e ainda a flexibilidade de um sistema fiscal não passa só pela isenção de algumas taxas ou impostos nas zonas desfavorecidas do país, mas sim pela criação de alguns impostos ou taxas para incentivar e atrair o investimento interno. Passa ainda pela formação do pessoal ou capital humano necessário ao acompanhamento do processo evolutivo do Estado e de iniciativas que sustentam os processos evolutivos da globalização ou da humanidade.

No caso da Guiné-Bissau podemos destacar a criação do FUNPI em 2011⁹, que é uma taxa cobrada no valor de «50 CFA» por cada quilograma de castanha de caju exportada, e que tinha como finalidade ou propósito, promover a industrialização e transformação dos produtos agrícolas internamente e entre os quais, a castanha de caju, em vez deste produto ser exportado para o exterior, quase na sua totalidade em termo bruto.

Apesar da pertinência desta taxa aquando da sua criação, verificou-se que a mesma não surtiu os efeitos desejados por vários motivos, dos quais se pode destacar a “falta de cumprimento da lei” e a “má gestão” dos recursos financeiros arrecadados, segundo Sumba Nansil (2017) e Agência Lusa (2017).

Neste âmbito, podemos observar que no período entre 2011 e 2014 (altura da sua criação até à data da sua suspensão, (**ver o Anexo I, e Quadro A.1.**) f oi arrecadada, ou seja, gerou um fundo de cerca de 16 milhões de euros. Por exemplo, se desde a data da sua criação este montante tivesse sido adequadamente aplicado de acordo com o propósito da sua criação, poder-se-ia provavelmente ter outros níveis de crescimento e desenvolvimento económico sustentável, além de se aumentar o bem-estar da população guineense.

9 Ver, <https://observador.pt/2017/03/23/auditoria-a-fundo-de-promocao-agricola-na-guine-bissau-revela-ma-gestao/>

De acordo com Romer (1990), citado em Santos et al. (2009, p. 173) há que destacar que a “relevância de composição das despesas públicas são também um aspeto importante, sendo necessário que os orientadores económicos optem por canalizar os recursos públicos para as rubricas de despesas mais produtivas”.

1.3.2. - Composição orçamental e fiscal da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau à semelhança de outros Países dispõe do seu modelo fiscal, ou seja, formas de encontrar e de arrecadação das receitas públicas. Para tal, de acordo com o relatório apresentação de OGE (2015, p. 14) a receita orçamental ou do Estado compreende as seguintes designações:

- ✓ Os impostos,
- ✓ As taxas, as multas,
- ✓ As remunerações de serviços prestados,
- ✓ As rendas,
- ✓ Os fundos de concursos,
- ✓ Os rendimentos patrimoniais,
- ✓ As participações financeiras, e
- ✓ Os produtos diversos”

1.3.3. Principais impostos e contribuições sociais no sistema fiscal da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau à semelhança de outros Países dispõe do seu modelo fiscal ou do recebimento das receitas públicas. No entanto para aproximação do seu modelo ao dos países desenvolvidos e da zona da UEMOA e, por outro lado, no sentido promover a eficiência e modernização administrativa e fiscal, o país introduziu nas reformas fiscais o IGV (Imposto Geral sobre Vendas e Serviços). O IGV em 1997, que teve como finalidade a angariação de mais receita fiscal, permitiu que o país melhorar a sua forma de arrecadação da receita tributária. Porém, esse esforço fiscal implementado não foi suficiente para colmatar o problema deficitário persistente. Isto é, as receitas fiscais cobradas no país poderiam ter sido maiores, tendo em conta a capacidade tributária que o país dispõe, existindo uma margem de tributação guineense que ainda não terá sido explorada fiscalmente. Conclui que a Guiné-Bissau tem feito um esforço fiscal relativamente menor em comparação com os restantes países, o que lhe coloca em último lugar na angariação da receita fiscal sobre o PIB, no grupo dos países da UEMOA, FMI (2015)⁶. Apesar de todos os esforços no princípio do ano 2000,

visando suprir o vazio que se verificava no ordenamento jurídico tributário da Guiné-Bissau e também alteração de várias taxas tendo em conta os benefícios e custos administrativos, segundo o documento.

Tabela 1 - Principais impostos e contribuições sociais no sistema fiscal da Guiné-Bissau

DGCI Receitas Tributárias	Natureza	Impostos Diretos	Impostos sobre rendimento , Contribuição Industrial, Contribuição Predial, Imposto Profissional, Imposto Reconstrução Nacional e e Outros Impostos Diretos
		Impostos Não Diretos	Imposto geral s/venda (IGV), outros impostos Indiretos
DGA Estrutura das Receitas Aduaneiras	Natureza	Impostos indiretos aduaneiros	Imposto sobre o Comércio Internacional , Direitos de importação (DI), Imposto extraordinário s/castanha caju, Bens importados (IEC – Imposto Especial sobre Consumo), Bens importados (IGV), Outras Receitas tributárias , Outros impostos
		Receitas não tributárias	Taxas Multas e Penalidades, Vendas de Bens não Duradouros, Emolumento pessoal aduaneiro, Deslocações e ajudas de custo
Receitas das Pescas	Natureza	Licenças de Pescas	
		Fundo de gestão de recursos haliêuticos	Compensação Financeira, Venda de pescado, Multas infrações de prática ilegal de Pescas Industrial e Artesanal, Apoio Sectorial
DGT Outros Receitas Arrecadadas	Natureza das Receitas	Serviço de Passaporte, Contribuições sociais, Contribuição dos trabalhadores ao fundo da reforma, Outras receitas não fiscais.	
Receitas Externas	Natureza das Receitas	Doadores/ parceiros de desenvolvimento	
		Donativos a Projetos e Empréstimos	

Fonte: https://www.cabri-sbo.org/uploads/bia/guinea_bissau_2015_formulation_external_executive's_budget_proposal_ministry_of_finance_cen-sad_ecowas_portuguese_.pdf

Com as reformas nas contribuições guineenses verificam-se várias mudanças na maior parte das contribuições, das quais se destacam:

Imposto Profissional - Com as reformas operadas em 2006, de acordo com a Lei nº 4/06 de 02 de outubro de 2006, estes são impostos incidentes sobre os rendimentos que provêm de relações de contrato de trabalho, entre o empregador e o empregado ou de exercício de uma tarefa económica por conta própria.

Imposto Geral sobre Vendas e Serviços (IGV) - Com as reformas de 2006, de acordo com a Lei nº4/2006 de outubro, são impostos incidentes sobre as transferências de bens tangíveis e não tangíveis realizados no território guineense, a título oneroso, por um sujeito passivo e também este imposto é aplicado aos importadores e prestadores de serviços realizados no território guineense ou as entidades estabelecidas na Guiné-Bissau, a título oneroso, por sujeito passivo agindo como tal. O IGV, é também aplicado a pessoa singulares ou pessoas coletivas, que exercem atividades de comércio, produção, prestações de serviços sujeitas a incidência do mesmo.

Contribuição Industrial - Com as reformas de 2006, de acordo com a Lei nº 3/06, de 02 de outubro de 2006, são impostos tributados aos rendimentos provenientes das atividades industrial ou comercial, e subdividida em quatro (4) categoria de contribuinte (A, B, C e D) e, é pago por pessoas jurídicas singulares ou coletivas com sede ou representação permanente em Guiné-Bissau, e ainda este imposto é aplicado aos rendimentos sujeitos a impostos no País Disponível s por não residentes.

Contribuição Predial Urbana - São impostos tributados aos rendimentos provenientes dos prédios arrendados ou alugados, que o titular recebe durante um certo período do tempo ou um ano.

Contribuição Predial Rústica - São os tributos pagos nomeadamente sobre os produtos agrícolas de exportações, de acordo com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 11/2014, de 17 de junho,

Impostos de Capitais - São impostos incidente sobre os rendimentos provenientes de contratos e de atos relativo a aplicação de capitais, nomeadamente, nos dividendos, juros etc.

Imposto complementar de sobreposição - São conjuntos de rendimentos submetidas a tributação, de “impostos parcelares”, mas levando em consideração a situação real ou individual de cada contribuinte.

Contribuições obrigatórias para a Segurança Social - De acordo com a Lei n.º 04/2007, da proteção social da Guiné-Bissau, segundo Juliana Gomes (2018) apresenta os seguintes regimes de financiamento ou de contribuição para a Segurança Social:

- ✓ Regime contributivo,
- ✓ Regime não contributivo,

Regime contributivo ou obrigatório - É financiado através da taxa das contribuições para a segurança social, descontada nos salários ou vencimentos dos funcionários ou trabalhadores.

Regime não contributivo - É financiado pelas receitas do Estado proveniente no orçamento, e por doações de outros países, de organizações internacionais vocacionado a apoio a redução da pobreza e desenvolvimento inclusivo.

No entanto, no diagnóstico feito à INSS, da Guiné-Bissau pela OIT em 2010, sobre a “situação financeira” revela uma deficit de elevada cobertura da proteção social e “altos níveis de evasão”, o que fragiliza o funcionamento e sustentabilidade do sistema e por outro lado o relatório do Banco Mundial, para o Sistema de Pensões na África Subsariana, estima que por volta 1,5% do PIB da Guiné-Bissau, “é direcionado para as pensões, com a cobertura sendo de aproximadamente 0,2% da força de trabalho (Gomes, 2018).

Tabela 2 - Estrutura do sistema da proteção social da Guiné-Bissau

	Proteção Social da Cidadania	Proteção Social Obrigatório	Proteção Social Complementar
Instituições responsáveis	Tutela: não especializada pela lei, MMFCS. Gestão: Direção Geral de Solidariedade social do Ministério da Mulher	Titular: MFPTME, Gestão: Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	Seguradoras, associações, etc
Beneficiários e Prestações	Assegurar as prestações em caso de doença, risco, de apoio social e de solidariedade	Doenças, riscos profissionais, acidentes de trabalho, maternidade, velhice, morte, compensação dos encargos	Reforçar e complementar as Prestações da Proteção da Proteção Social Obrigatório
Beneficiários	Pessoas e grupos em situações especiais. O MMFES, é o responsável para suprir todas as necessidades de pessoas com necessidades	Trabalhadores formais por conta de outrem	Inscritos no regime de Proteção Social Obrigatório

Fonte: Departamento de Proteção Social da OIT | Extensão da Proteção Social na Guiné-Bissau (2018)

Levando em consideração “o complexo contexto sociopolítico da Guiné-Bissau” nota-se que o fluxo económico e doações dos parceiros de desenvolvimento não tem sido estável, tendo efeitos negativos no desenvolvimento das capacidades, do sistema administrativo público e uns dos maiores desafios dos gestores públicos da Guiné-Bissau segundo o documento, é de “reforçar a extensão do sistema de proteção social”, e por outro lado o reforço da capacidade técnica dos

funcionários, bem como a implementação dos equipamentos modernos e a melhoria dos sistemas de informações traria melhorias significativas, no domínio da “transparência e eficácia dos programas que o País já implementa no âmbito da proteção social” (Gomes, 2018)

No entanto, a recolha e a melhoria de dados, “realização de pesquisas de impacto, avaliação e monitorização dos programas é importante não só para a continuidade dos mesmos, como também para que sejam analisadas a correlação das iniciativas com o objetivo proposto” (Gomes, 2018).

1.4. O papel da política fiscal na economia

Com o intuito de encontrar os recursos necessários e aplicá-los de uma forma racional desde o século passado, houve muitos debates e pensamentos até à presente data sobre esta matéria ou assunto e que requer muita reflexão, devido às várias abordagens no que toca a esta temática que são as “receitas públicas”, ou seja, a política fiscal no contexto das economias e no plano de desenvolvimento e crescimento económico.

Como é óbvio ou sabido, as receitas públicas servem para satisfazer as necessidades coletivas ou despesas públicas. Por outro lado, reconhecer que o Estado é uma instituição organizada e que tem objetivos para se cumprir, que se traduz numa ação de criação de ambiente saudável e no desenvolvimento e crescimento económico aos cidadãos, surge a necessidade de refletir como encontrar os recursos suficientes, para cumprir com os planos traçados e tais recursos é que se denominam de receitas públicas que na maioria das ocasiões se obteve através da política fiscal.

No entanto, neste estudo é essencial o debate sobre o papel da política fiscal na economia. Podemos observar, segundo Castro (2006, p. 88) “que as políticas que incentivam a poupança, a criação de oportunidades de emprego, o investimento em educação e infraestruturas favorecem o crescimento económico” num estudo feito sobre “análise das relações entre política fiscal e crescimento” e por outro lado, no contexto atual sobre as debates “sobre as reformas fiscais” tem mencionado a questão da necessidade de substituir os impostos sobre o rendimento por impostos sobre o consumo, com o intuito de aumentar o esforço do trabalho, a poupança e o investimento, com vista a proporcionar o crescimento económico, e neste âmbito a política fiscal tem merecido uma atenção especial nos decisores das políticas públicas e na ciências económicas, uma vez que os impostos têm efeitos notáveis nas tomadas das decisões dos investidores, para tal, de acordo com a citação de Castro (2006, p. 95), que “as alterações na política fiscal podem gerar um impacto incerto no crescimento” (Gemmell & Kneller, 2003).

Nota-se que este pensamento, demonstra que o crescimento de uma economia depende de muitas variáveis que devem ser estruturadas ou combinadas, no sentido de proporcionar crescimento económico, significativo e sustentável e assim como o desenvolvimento. Observa-se que é evidente no pensamento económico e no desenvolvimento das teorias económicas que a educação, infraestruturas, energia, inovação tecnológica, tem efeitos bastante significativos no processo de crescimento e de desenvolvimento da economia. Desta forma a situação sociopolítica da Guiné-Bissau, nas últimas décadas não favorece, a política fiscal, no sentido de atrair os investimentos e reduzir os impostos. O País pode ficar cada vez mais pobre, devido que não terá os meios financeiros ou receitas públicas suficientes para suprir as necessidades básicas, devido ao peso da instabilidade política num país, a Guiné-Bissau. No entanto, neste contexto segundo Castro (2006, p. 92) “as instituições políticas, económicas e sociais têm agora um papel ativo no crescimento económico”.

No âmbito de cumprimento dos objetivos de desenvolvimento económico e de crescimento económico é necessário efetuar gastos económicos. Sendo assim, isto leva-nos a refletir onde encontrar as receitas ou rendimentos necessários para responder aos planos governamentais, e a forma de encontrar recursos financeiros é denominada de política fiscal, como já referimos acima, e que se baseia nos impostos. Os impostos pagos pelos agentes económicos, devem ser aplicados para promover o desenvolvimento e crescimento económico sustentável, e por outro lado, o Estado presta variadíssimos serviços que podem não ter nenhum retorno monetário. Todavia, estes serviços são feitos para a proteção dos cidadãos ou para promover o desenvolvimento económico, e proporcionar o bem-estar económico e social. Segundo Santos et al. (2009, p. 216) o motivo para haver uma cobrança de impostos, pelo Estado resulta da necessidade de “obtenção das receitas para o funcionamento da provisão dos bens públicos”. Neste âmbito, nos séculos passados, e por exemplo a partir do “século XVIII e até meados do século XIX, a escola clássica inglesa, o deixar fazer (*laissez faire*) e, em particular Adam Smith, defendeu o papel mínimo do Estado e que se baseava na altura, no Estado garantir as condições mínimas, para o funcionamento do mercado e esta abordagem não preocupava com as flutuações, que aparecem na economia e não havia se quer impostos gerais sobre o rendimento. Em virtude desta situação, as finanças públicas representavam, pois, um entrave ao crescimento económico.

Na mesma linha de pensamento, David Ricardo, parafraseou uma regra do ouro que dizia “que o melhor de todos os planos financeiros consiste em gastar pouco e o melhor de todos os impostos é o que proporciona menores receitas” (Santos, 2009, p. 21). Estas

abordagens ou pensamentos económicos contribuíram basicamente para se ter a noção da importância das receitas públicas, no processo de desenvolvimento económico e crescimento económico.

A par de outros economistas, Keynes importou-se na altura ou no seu tempo com conhecer as crises e flutuações económicas e como eles demonstraram que por falta de mecanismos automáticos, que permite uma economia capitalista possa encontrar soluções adequadas para sair da depressão. Neste contexto, o Estado tinha uma função relevante a desempenhar. No fundo, a mensagem fundamental de Keynes é a necessidade de reforçar a intervenção do Estado na economia (Caldas et al., 2010, p. 69).

Por outro lado, é preciso ter em conta que o Estado é uma instituição poderosa, que procura ao máximo atender as necessidades dos agentes económicos e que para tal, necessita das receitas para poder continuar a suprir as necessidades dos agentes económicos. Neste âmbito, caldas et al. (2010, p. 45) afirmaram que “o Estado é uma instituição central na vida das economias modernas”. Sendo assim, as políticas públicas devem ser clarificadas e direcionadas de forma a arrecadar mais as receitas e aplicá-las para alcançar os objetivos e promover o desenvolvimento e crescimento económico desejável. Nesta abordagem, de acordo com Castro (2006), os investimentos em comunicações, proteção dos direitos de propriedade e escolaridade básica são investimentos produtivos que favorecem o crescimento de longo prazo.

Segundo Moreira et al. (2010, p. 48) “a eficácia da política orçamental depende da credibilidade e reputação dos governos”, que devem criar mecanismos eficazes e eficientes de arrecadar receitas e promover o bem-estar económico e social através das medidas tomadas.

Devido ao papel do Estado nas economias, segundo Caldas et al. (2010, p. 45) Cavaco Silva designou o Estado como um “monstro”. Não só por ser uma instituição grande, mas no seu entender, por ser um motor de desenvolvimento e crescimento económico sustentável, através das suas funções:

- função de afetação, tem como objetivo prever os recursos financeiros necessários a um bom funcionamento do aparelho público;
- função de redistribuição, está associada ao mecanismo da justiça social que o Estado fez a partir da redistribuição de rendimento,
- função estabilização, está associado aos mecanismos de controle das variáveis económicas perante as flutuações ou crises que se aparecem na vida económica.

Caldas et al. (2010, b, p. 45) relembram que a divisão ou divergência dos economistas está na questão dos impostos. Por outras palavras, “defender a redução do peso do Estado na economia seria um objetivo da ciência”. De acordo com estes autores, a ideia do Estado mínimo é um “preconceito ideológico” devido às despesas do Estado com as Forças Armadas, Saúde, Educação etc. Neste contexto, Caldas (2010, p. 377) afirma “que a sustentabilidade depende na realidade de uma mudança social muito profunda, que só pode ser conseguida se, através da investigação e de debate público, forem clarificados objetivos e meios de ação e for possível reunir vontade.”

1.4.1. Os efeitos ou impactos da política fiscal na economia

Não há dúvidas de que a política fiscal tem efeitos e impactos notáveis no funcionamento das economias ou nos modelos económicos. Toda a criação das estratégias governativas passa pela política fiscal, ou seja, pelas intervenções e desenhos que os políticos implementam através das diferentes modalidades dos impostos, dos aumentos ou diminuição de impostos.

Apesar do imposto afetar os rendimentos das pessoas ou dos agentes económicos, ele desempenha um papel significativo nas estratégias de governação. Segundo Mateus Abel Moreira (2010, p. 75), o governo tem eixos fundamentais, nomeadamente a “maximização do bem-estar dos cidadãos”. No seu percurso deve optar pela política orçamental ou fiscal devido aos impactos ou efeitos que a política orçamental tem, sobre as flutuações económicas e devido ao peso do setor público e estrutura fiscal na atividade económica. Devido à distribuição da riqueza ou custos e benefícios de geração em geração e, por fim, devido à sustentabilidade, ou seja, devido aos riscos que o Estado pode vir ter na acumulação da dívida internamente e externamente.

1.4.2 Os elementos que podem impedir o estabelecimento de um adequado sistema fiscal

1.4.2.1. Fragilidade e instabilidade política

De acordo com o relatório do FMI, nº15/195 (2015), a Guiné-Bissau é um dos Países com um elevado nível de fragilidade mundial, (**ver Anexo I, e Quadro A.2.**). Para tal, segundo o mesmo documento, a causa subjacente a este fenómeno é a «instabilidade política crónica» que é marcada por quebras recorrentes da ordem constitucional, através de sucessivos golpes de Estado, originando uma enorme fragilidade quer política quer económica.

Tendo em consideração, os efeitos do plano de desenvolvimento e crescimento económico sustentável, levou a que os peritos ligados a esta temática chegassem à mesma conclusão, ou seja, estão na mesma linha de pensamento no que se refere à fragilidade, pois esta prejudica as perspetivas de crescimento e desenvolvimento. Efetivamente, salientam que “a sua definição não é tão fácil de ter uma definição precisa de fragilidade”, porque é um conceito vasto no quotidiano e na literacia económica.

No entanto, essa sua amplitude torna difícil delimitá-lo. Apesar disso, um País pode ser frágil por vários motivos como acontece com a sua dimensão «e.g. uma pequena ilha», situação geográfica pouco privilegiada «e.g. sujeita a terremotos ou furacões», estrutura da sua economia «e.g. pouca diversificação», baixo nível educacional dos seus habitantes, infraestrutura e serviços públicos deficientes, instituições fracas, conflitos internos, etc.

1.4.2.2. Evasão fiscal

A Guiné-Bissau é um dos Países com “baixa pressão fiscal a nível mundial” Rui Duarte Barros (2012), onde ainda há muita fuga aos impostos.

Segundo a Agência Lusa (7 de setembro de 2012) Rui Duarte Barros, afirma “não estamos a conseguir cobrar impostos, há fuga ao fisco, não temos o hábito de pagar impostos¹⁰. As pessoas criticam que não há saúde, não há educação, mas pergunto: o que é que elas contribuem para colmatar a situação questionou”.

Face a estas informações é relevante reformular o sistema fiscal da Guiné-Bissau. No último capítulo será abordado uma nova visão e versão para sistema fiscal guineense.

1.4.2.3. Economia Informal

Segundo a mesma fonte (Agência Lusa) demonstra-se que na Guiné-Bissau há também um outro fator que não favorece a arrecadação das receitas públicas, devido à predominância da economia informal, ou seja, há um grande peso do mercado informal no País, o que leva a uma baixa arrecadação fiscal que se reflete na economia, pois o motor da economia reside no setor público, o que quer dizer que quando o setor público é afetado o crescimento também é afetado.

¹⁰ Ver, Bissau (Lusa, 7 de setembro de 2012) Rui Duarte Barros, Primeiro-Ministro de Transição, Guiné-Bissau é um dos países que menos cobra impostos.

Por outro lado, assiste-se a um elevado défice na proteção social nos Países em desenvolvimento, que é o resultado do peso da economia informal e do facto de grande fatia da população trabalhar no setor informal, onde exercem a sua atividade económica.

“E os ricos que podem advir do setor informal ou que a sociedade está sujeita a enfrentar são os seguintes: o desemprego, incapacidade de obtenção de recursos económicos e financeiros para a satisfação das necessidades básicas; e guerra civil, opressão, terror, discriminação, violência doméstica, pobreza etc., respetivamente, na ordem económica e social”. (Ferreira & Montagú, 2010, p. 105).

1.4.2.4. Leis ou normas burocráticas

Segundo Banco Mundial (2003-2020) e Doing Business (2015), os dez pontos burocráticos que são necessários para implementar o processo de criação de uma empresa ou de um negócio na Guiné-Bissau são os seguintes: obtenção de alvará de construção, de eletricidade, registo de propriedade, obtenção de crédito, proteção dos investidores minoritários, pagamentos dos impostos, comércio internacional, execução dos contratos, resolução da insolvência, regulação do mercado de trabalho, contratos públicos e associando as informações publicadas no Diário da República em (17.20.2017) sobre a convenção celebrada entre Portugal e a Guiné-Bissau para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e prevenir a evasão fiscal.

- aplicação da Convenção:

- ✓ Artigo 1.º Pessoas visadas

A presente Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

- ✓ Artigo 2.º Impostos visados

- ❖ 1 — A presente Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos em benefício de um Estado Contratante, ou das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua cobrança.

- ❖ 2 — São considerados impostos sobre o rendimento, todos os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os impostos sobre o montante global dos salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

- ❖ 3 — Os impostos atuais a que a presente Convenção se aplica são, nomeadamente:

Tabela 3 - Tipos de impostos praticados na República Portugal e na República da Guiné-Bissau proposto pela convenção para evitar a dupla tributação e evasão fiscal:

À República de Portugal	À República da Guiné-Bissau
Contribuições obrigatórias para a Segurança Social	O imposto profissional
O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	A contribuição industrial, A contribuição predial urbana Contribuição predial rústica; ¹¹
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	Imposto Geral sobre Vendas e Serviços (IGV); - (Mas IGV não é totalmente igual a IVA)
O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);	-----
A derrama;	Imposto de capitais, etc;

Fonte: O Autor.

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/InformacaoEconomicaRegulamentar/Anexos/GBissauLei3-2015.pdf>

Neste contexto, adverte-se a que o País trabalhe nesta matéria para tornar o sistema mais eficiente e produtivo, uma vez que a Guiné-Bissau utiliza alguns termos que não são conhecidos universalmente e além de isso em Guiné-Bissau não se declara o IRS.

Não é um obstáculo para os Guineenses, mas sim, para os estrangeiros que querem investir na Guiné-Bissau.

1.4.3. Os resultados dos estudos ou estimativas empíricas sobre a fragilidade e conflito

Os estudos empíricos e as estimativas sobre os consequências e custos da fragilidade têm merecido destaque ou atenção dos economistas no contexto histórico e mundial no âmbito do desenvolvimento e do crescimento económico, em particular, o caso da Guiné-Bissau os conflitos violentos, nomeadamente, o golpe de Estado, guerras civis, manifestações violentas, quedas sucessivas dos governos etc. De uma forma em geral, estes fenómenos têm afetado a história da economia do País com efeitos negativos para o bem-estar da população.

Complementarmente a estas ideias, Medeiros (2016) acrescentou o fenómeno do terrorismo tendo afirmado que “o terrorismo prejudica muito mais os islâmicos do que o mundo” e que os ganhos ou benefícios para a humanidade, só são possíveis se os terroristas optarem pela paz.

No que se refere à Guiné-Bissau e tendo em atenção os efeitos dos conflitos sociais na economia, como por exemplo decorrentes de golpes de Estado e outros, chegamos à

¹¹ Ver, Regulamentações de Negócio

conclusão de que a Guiné-Bissau, perde bastante com estes conflitos, sendo, pois, importante que os governantes e os políticos estabeleçam um clima de paz, de forma a permitir que o País tenha um desenvolvimento e crescimento económico sustentável ao longo da sua história.

A esse propósito, de acordo com o relatório do FMI nº15/195(2015 p.5 Collier (1999) estimou que, “em média, a taxa anual de crescimento da economia diminui cerca de 2,2 por cento durante os conflitos civis”. Além disso, Bigombe et al. (2000: p. 13) concluiu que “em África existe uma probabilidade de 50 por cento de recorrência de conflito civil nos dez anos após a paz ser alcançada”. Por outro lado, Akkaya et al. (2011: p. 35) “estimou os custos monetários para a Palestina decorrentes do longo conflito Israel e palestino e concluíram que eram muito significativos”.

1.4.4. A questão do bem-estar económico e social

A necessidade e o foco de garantir o bem-estar económico e social aos cidadãos é o objetivo central dos planos económicos, e que a partir das políticas públicas, o Estado cria as condições necessários para atender às necessidades dos mais carenciados da sociedade e outras funções que o Estado exerce.

No entanto, o conceito do bem-estar económico e social é entendida como melhoria de qualidade de vida da população em saúde, educação, segurança, alimentação transporte, liberdade, infraestrutura, meio ambiente, etc.

Nesta mesma perspetiva, Luís Gonzaga Sousa (2011) tal como a Organização das Nações Unidas (ONU), “o desenvolvimento económico é uma melhoria na vida dos trabalhadores, mais precisamente, um aumento na qualidade de vida da população, no que tocante saúde, alimentação, transportes, lazer, e condições de trabalho, etc.”.

Assim sendo, Sousa (2011) conclui que esta abordagem do desenvolvimento económico, está mais próxima da questão de bem-estar económico e social e segundo ele, o bem-estar “é um melhoramento em geral em parte economia e social, ou seja, elevação do padrão de vida”.

Na perspetiva de desenvolvimento, o crescimento pode não ser sinónimo de bem-estar, o que é aceite por várias abordagens económicas sobre o bem-estar económico e social. No fundo, o essencial deste propósito ilustra que as condições necessárias para o desenvolvimento e crescimento económico estão associadas à criação das infraestruturas e de atender às necessidades básicas da população em termos de transporte, saúde, educação etc. e sublinham a importância com a questão relacionada com o bem-estar, a equidade e a justiça.

Capítulo II - Metodologia

2.1 Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa, é uma das pesquisas que devemos optar quando não temos informações fiáveis sobre a temática ou assunto estudado, ou seja, os dados não são credíveis, (Moraes, 2019).

De acordo, com o Instituto PHD verifica-se que “a metodologia de pesquisa qualitativa é aquela na qual o pesquisador busca obter resultados aprofundados através da averiguação com um certo número de pessoas. Por se tratar de uma pesquisa exploratória” e segundo a mesma instituição os benefícios ou vantagens da pesquisa qualitativa, “permite ter uma visão mais ampla de um cenário” e conforme o artigo de Arllda Schmidt Godoy (1995, p. 58) que a expressão “ciências sociais, são áreas que englobam relações de carácter humano e social” e por outro lado, ela demonstra, que a pesquisa nas ciências sociais, “tem sido fortemente marcada, ao longo dos anos, por estudos que valorizam a adoção de métodos quantitativos na descrição e explicação dos fenómenos de seu interesse”.

Já Cario et al. (2013) demonstram que a pesquisa qualitativa ganhou a fama nos finais do século passado ou seja século XX, e foi desenvolvida como um “movimento de contraposição à concepção positiva da ciência” e com o objetivo de perceber “factos ou causas” dos fenómenos económicos e sociais e por outro lado segundo os mesmos autores que “a perspectiva positivista, diferente da qualitativa, busca informações através de dados quantitativos que permitem estabelecer e provar relações entre variáveis definidas”

Para Santos (2006), a pesquisa qualitativa é um dos métodos mais adequado às ciências sociais, e sendo assim cabe ao método apresentar as suas características próprias afirmando que “o universo não possível de ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis e de difícil quantificação é o campo, por excelência, das pesquisas qualitativas” ou seja, a pesquisa qualitativa está inserida num ambiente do estudo, com hipóteses difíceis de se quantificar e de acordo com Moraes (2019, p. 23):

Métodos qualitativos são indutivos e não dedutivos. Na análise qualitativa não há obrigação de manipular variáveis e de transformar dados numéricos em estatísticas aplicáveis à pesquisa; o foco aqui está nos dados que o processo pode oferecer, na observação com a intenção de descrever e entender as características de um determinado contexto. Esta perspectiva permite que o método qualitativo seja útil à percepção de opiniões, sentimentos e experiências, captando estas variáveis para fins de análise.

De acordo com Cario (2013) e segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que os seus pesquisadores estudam os objetos nos cenários naturais, tentando entender os fenómenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

De acordo com diversas abordagens que demonstram que a pesquisa qualitativa tem uma postura mais positiva para as ciências sociais, devido à sua abertura a novas ideias e com o objetivo de perceber melhor a realidade, esta visão permite que a pesquisa se torne cada vez mais interessante, no contexto das ciências sociais permitindo conhecer o assunto ou a causa da sua forma natural e desenhar os mecanismos capazes de solucionar o problema ou assunto estudado. Este tipo de pesquisa envolve a compreensão humana e o ambiente socioeconómico e política e ainda serve para compreender o assunto ou temática estudado e assim como desenhar o melhor caminho a agir.

Neste sentido, vamos refletir nos mecanismos eficazes, eficientes e flexíveis de arrecadar as receitas públicas da Guiné-Bissau, através de uma política fiscal e publicas mais atrativo ao desenvolvimento e crescimento económico sustentável. (Tais políticas serão desenvolvidas nos próximos capítulos).

No entanto, ao longo deste estudo, através de análises dos relatórios económicos, ou seja, dos documentos sobre a situação económica, social, político e ambiental da Guiné-Bissau, e como discussões e “debates”, com os orientadores e amigos e assim como colegas de estudos e alguns funcionários públicos da Guiné-Bissau, para perceber quais são mecanismos dinâmicos e que podem ajudar ou estimular no aumento da arrecadação das receitas publicas e controlar a mesma, e aplica-los em prol de novos níveis de desenvolvimento e crescimento económico e sustentável da Guiné-Bissau.

Neste contexto, também é de enfatizar que o método comparativo em termos de debate, tem reflexo significativo neste estudo, uma vez que logo no início deste trabalho, começamos por fazer uma comparação entre Guiné-Bissau e Portugal, na política de arrecadação das receitas publicas, ou seja a Guiné-Bissau deveria criar uma estrutura delegando os poderes de arrecadação das receitas publicas. Por exemplo a criação de AT, e que depois conseguimos perceber através do método comparativo, que os dois Países podem ter necessidades diferentes, por exemplo, para Portugal estimular o aumento da arrecadação das receitas publicas, Portugal ou o governo português pode reduzir os impostos e alargar a sua base tributaria dependendo da conjuntura económica. Mas para a Guiné-Bissau, aumentar a sua arrecadação das receitas é necessário, na primeira face, de acordo com o pensamento ou

visão deste estudo é necessário, a criação dos mecanismos eficazes, eficientes e flexíveis, no sentido de atingir o potencial das receitas, ilustrada no gráfico 1, e onde ilustra que a Guiné-Bissau tem muito desperdício em termos das receitas, fazendo uma análise ou comparação das receitas reais, o esforço e potencial das receitas, e por outro lado, criar os mecanismos de reduzir a corrupção. Observamos que seria, mas interessante a comparação da Guiné-Bissau com Moçambique, porque os dois Países têm alguns problemas semelhantes. **(Ver a tabela corrupção e HID, no anexo I).**

Nesta perspetiva, o melhoramento de qualidade de serviços, permitira arrecadar mais as receitas publicas e só depois o alargamento da base tributário e adotar as medidas de combate a economia informal predominante na Guiné-Bissau.

Relativamente, como podemos criar as receitas publicas e responder as necessidades dos agentes económicos ou seja desatribui-la de uma forma equitativa, o estudo segue o pensamento da escola Keynesiana e assim como as ideias destes autores, que demonstram “que por si só a diminuição da carga tributária não é favorável para a economia, mas a elevação do investimento público provocaria grandes alterações no nível de capital e bem-estar, bem como a elevação real de arrecadação”, e assim como as políticas “que incentivam a poupança, a criação de oportunidades de emprego, o investimento em educação e infraestruturas favorecem o crescimento económico”, segundo Castro (2006, p. 88) e Paes, (2012, p. 247), respetivamente.

Obviamente, através de visão ou pensamento destes autores, percebemos que a Guiné-Bissau, pode adotar medidas de redução da carga fiscal, e pode estar somente a perder as receitas publicas, uma vez, que o Pais carece de infraestrutura de logística de transporte, faltas de estradas, portos, energia entre outros, e estas carências podem não atrair os investidores. Mas se o Pais, optar em adotar política fiscal saudável e assim como investimento publica nas infraestruturas, pode impulsionar a economia e elevar o bem-estar dos agentes económicos.

Capítulo III: A caracterização socioeconómica e política da Guiné-Bissau

3.1 A situação socioeconómica e política da Guiné-Bissau desde 2008

A situação política e o ambiente das forças armadas da Guiné-Bissau e os elementos que podem impedir o estabelecimento de um sistema fiscal adequado, descrito anteriormente, não tem favorecido a situação económica e social do cidadão guineense e do País. Existem vários estudos sobre “conflitos sociais” que revelam que existem conflitos sociais, que apesar de não envolverem quaisquer perdas de vidas, podem mesmo assim, promover efeitos negativos sobre as economias e o tecido social de um País.

No entanto, estes tipos de conflitos provêm da instabilidade política, falta da justiça, etc. Os seus efeitos não são tão visíveis, como os que provêm dos “conflitos violentos” o exemplo das guerras civis, devido às seguintes razões:

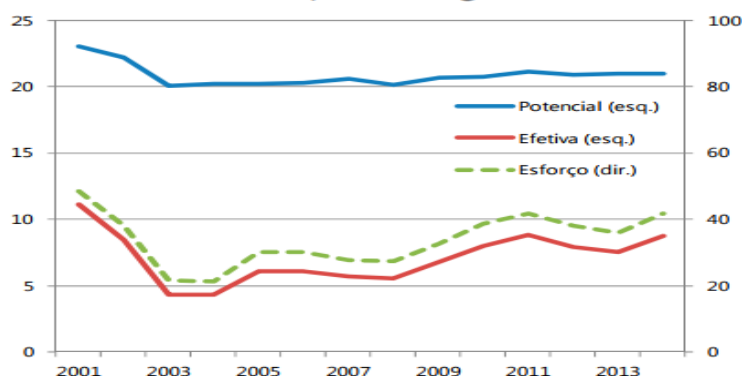
- À semelhança das guerras civis, “os golpes de Estado são eventos discretos” que podem afetar a economia e regredir as perspetivas do desenvolvimento e crescimento económico;

- Embora diferente da guerra civil, os seus efeitos não estão claros para a sociedade em todas as suas vertentes que dificulta mais a sociedade na criação de um clima de paz, «falta da justiça e da justiça social».

- Apesar disso, como as guerras civis, a instabilidade política crónica está sujeita a perdas súbitas, caso surja uma compreensão interna abrangente sobre os seus efeitos nocivos prolongados, mesmo assim constituem-se num poderoso entrave ao crescimento (ver gráfico).

Gráfico 1 - Potencial das receitas fiscais na Guiné-Bissau (Receita fiscal potencial x efetiva - em percentagem)

**Guiné-Bissau: Receita fiscal potencial x Efetiva
(Em percentagem)**



Fonte: Adaptado do relatório do FMI nº 15/194 (2015)

De acordo com o relatório do FMI nº15/194, verifica-se que o aparelho estatal da Guiné-Bissau teve benefícios, devido ao aumento das receitas fiscais provenientes do esforço fiscal no País. A Guiné-Bissau continua a apresentar o rácio «imposto/PIB», com uma baixa correlação com os Países da África Subsariana. O exercício econométrico de painel realizado para investigar a dimensão do défice fiscal, estimaram-no em cerca de 12 por cento do PIB em 2014. E o que é preciso reter, segundo o mesmo relatório é a diferença notável entre o potencial de arrecadação das receitas tributárias e o efetivo na Guiné-Bissau.

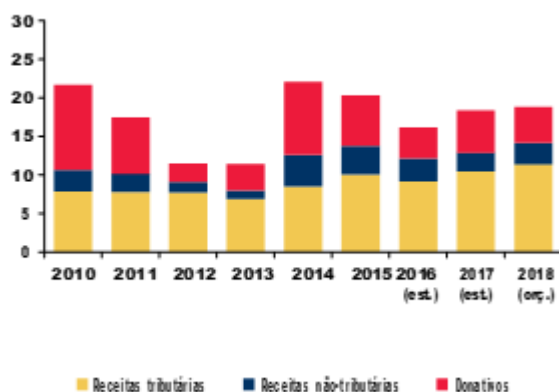
“A análise utiliza um método de fronteira estocástica fiscal variável no tempo que mede a capacidade fiscal através da regressão rácio impostos/PIB dos Países da amostra sobre variáveis que servem como de bases tributárias possíveis e outros fatores que afetam a capacidade do País de cobrar receitas. Segundo a literatura económica, as variáveis independentes são identificadas como: i) população; ii) PIB *per capita*; iii) inflação dos preços no consumidor, iv) abertura comercial e v) aprofundamento financeiro; e variáveis artificiais, inclusivamente estabilidade política e controle da corrupção” os resultados ilustram que o défice fiscal (possíveis arrecadações das receitas, ou seja, potencial das arrecadações das receitas contra os efetivos arrecadados), (FMI, 2015)

Segundo os dados do mesmo relatório houve uma quebra de 16 por cento em 2004 para 12 por cento PIB em 2014. O esforço fiscal, ou melhor dizendo, as arrecadações efetivas das receitas fiscais “relativa” à capacidade tributária cresceu 21 por cento em 2004 para volta de 42 por cento em 2014. O aumento das receitas efetivas observada neste intervalo do tempo, não foi por causa do aumento do valor dos impostos, mas sim da “melhoria” de aparelho administrativo fiscal guineense. Isto significa que se continuasse a haver melhorias significativas no aparelho de administração fiscal do País e os técnicos ligados a área continuassem a ter um plano de arrecadação das receitas válido, a economia da Guiné-Bissau deveria continuar a crescer e em consequência o a ter novos níveis de desenvolvimento, já que se espera que o País tenha os recursos financeiros disponíveis à sua disposição, para financiar os bens públicos chaves para induzir um processo de desenvolvimento. Ainda de acordo, com os dados do mesmo relatório, o ritmo do crescimento económico do País não é acompanhado com a capacidade da arrecadação das receitas fiscais.

A elasticidade fiscal é menor que um (-1), assim também como em Estados frágeis da AS, e ainda se encontra abaixo de todas as médias estimadas de Países da UEMOA e da AS, em determinados tipos de impostos neste período de 2000-2011. A elasticidade fiscal média

estimada para o País encontra-se em 0,73, e no que concerne as estimativas da UEMOA (0,76) e da AS (0,84) e dos Estados frágeis da AS (0,76) (FMI, 2015).

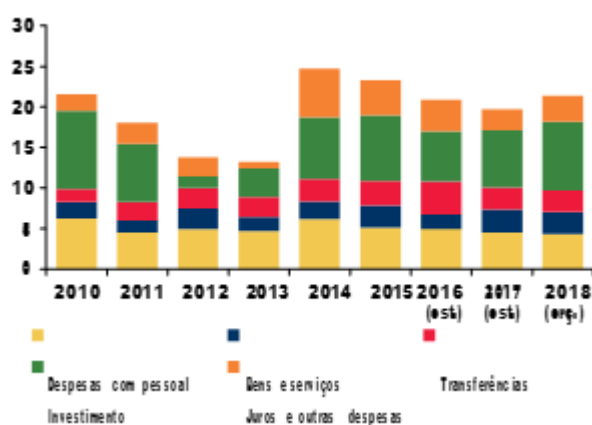
Gráfico 2 - Receitas públicas (Guiné-Bissau - %)



Fonte: Banco de Portugal (2018)

- ❖ O que ilustra o gráfico 2, é que as receitas tributárias tem estado a crescer ou aumentar nos últimos anos, devido a melhoria de eficiência e eficácia, através de acordo do FMI.

Gráfico 3 - Despesas públicas (Guiné-Bissau - %)



Fonte: Banco de Portugal (2018).

- ❖ Correlação as despesas o gráfico 3, revela que a Guiné-Bissau efetua despesas elevadas com pessoal e em contrapartida com bens e serviços tem pouca despesa, ou incentivo e relativamente aos investimentos tem um bolo elevado, mas não sabemos se investimento produtivo ou não.

3.1.1. Situação económica

De acordo com a ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (abril 2018, p.32), a Guiné-Bissau é detentora de vastos recursos naturais, que vão desde a agricultura e pescas até aos recursos hídricos e minerais, beneficiando ainda de um património florestal e ambiental de elevado potencial económico. A beleza paisagística, a biodiversidade, a riqueza histórica e a diversidade cultural e etnográfica proporcionam um conjunto de oportunidades na área do Turismo. Todavia, o País não tem conseguido traçar um caminho sólido e sustentável de desenvolvimento económico e social, em grande medida devido a um clima político instável e a uma administração pública com pouca formação e qualificação. Segundo o Banco Mundial, a economia da Guiné-Bissau continua a expandir-se apesar do impasse político e da suspensão dos fluxos dos doadores para o País.

Quadro 1 - Evolução do PIB (nominal, milhões de euros)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB	589,9	595,3	645,4	675,4	717,3	761,3	792,2	936,6	1057	1572	1683
Evolução (%)	-	0,9	8,4	4,6	6,2	6,1	4,1	18,2	12,8	48,8	7,1

Fonte: Banco de Portugal (vários anos)

Quadro 1: Tendo em consideração que o PIB da Guiné-Bissau depende fortemente do setor primário, mais especificamente da produção de castanha de caju, o PIB é afetado positivamente ou negativamente dependendo do preço deste produto no mercado internacional. Por outro lado, é de realçar que a situação política não favorece a criação das estratégias de crescimento de PIB o que permite concluir que o PIB da Guiné-Bissau continua a ser volátil dependendo fortemente de ambientes económicos e políticos instáveis.

De acordo com o Quadro 1, verifica-se que entre os anos de 2008 e 2014, as receitas fiscais não tiveram impactos notáveis na explicação PIB. Após as eleições de 2014 e com a retoma da normalidade política, no final do mesmo ano, houve um aumento significativo das receitas fiscais devido a uma boa coleta de caju e ao aumento do preço deste produto no mercado internacional e que contribuiu para o aumento do 18,2% do PIB.

Quadro 2 - Evolução das finanças públicas (% do PIB)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas totais	23,1	25	20	18,9	17,3	11,4	22,1	20,3	16,1	18,4	14,4
Receitas correntes	9,1	9,1	10,5	10,3	12,4	58,9	115	125	112	(...)	(...)
Receitas não tributárias	3,6	2,3	2,7	2,1	3	5,7	21,4	22,9	20,8	19,1	(...)
Receitas tributárias	5,5	6,8	7,8	8,2	9,3	35,4	44,2	61,9	63,5	81,3	(...)
Donativos	8,1	15,9	9,4	8,1	8	17,8	49,5	40,1	27,6	42,9	(...)
Despesas totais	23,9	21,3	20,2	20,8	19,2	13,2	24,2	23,3	20,9	19,7	(...)
Saldo corrente	-4,7	-3	-1,1	-2	-16,3	-8,6	23,7	-8,9	-	17,7	3,3
Saldo Global	-0,8	3,7	-0,2	-1,9	-1	-1,8	-2,6	-3	-4,7	-1,7	-2,2

Fonte: Banco de Portugal (vários anos) (...) Dados não disponíveis

Quadro 2: Apesar da crise económica mundial de 2008, e assim como “um período extenso de instabilidade política” e um novo governo instalado no princípio do ano 2009, resultante do assassinato do presidente da república da Guiné-Bissau, que se traduz numa situação política e económica difíceis, o País teve o progresso económico significativo, devido aos benefícios da “concessão de fundo ao abrigo da Assistência de Emergência Pós-Conflito “(EPCA na terminologia inglesa)” do FMI. O tal desempenho está associado a um programa de recuperação da estabilidade orçamental, ao reforço institucional nas áreas da administração tributária e da gestão da dívida pública e a regularização com os doadores, e neste contexto o FMI tinha na altura aprovado um programa ao abrigo Extended Credit Facility (ECF).

Quadro 3 - Contas externas (% PIB)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Balança Corrente	23,7	-5,7	-8,3	-6,6	-8,4	5	0,6	1,9	1,3	6,3	5,6
Balança Comercial	51,1	-9,8	-8,2	-34,6	-1	-25,7	-14,8	-26	27,5	26,1	(...)
Exportações	32,2	14,7	14,8	112,3	67,1	20,8	11,4	62,2	8,5	5,5	(...)
Importações	5,1	-24,5	-23	-113	-25,8	2,8	22,6	22,2	9,5	35,5	(...)
Serviços e Ren.	-28,535	-7,8	-7,1	-34,7	-42,8	-28,3	-29,6	-41	-	43,4	-58
Transf. Correntes	40,7	11,9	7	-1362	-1762	-2123	-2209	-	1344	24,7	27,8

Bal. Capital e Financeira	-11,6	8,2	11,6	3979	8884	8209	961	5679	6,2	26,9	(...)
Transf. Capital e IDE	21,5	8,3	116,8	27	15,9	15,8	27,4	27	27,4	30,3	(...)
Balança Global	-2,6	2,5	3,4	9	-33,2	10,9	76,1	35,7	-33	-10	(...)

Fonte: Banco de Portugal (vários anos) (...) Dados não disponíveis

Quadro 3: Após o resultado recorde da Balança Corrente 23,7% do PIB em 2008, a situação inverteu-se no ano 2009, devido à diminuição do preço de castanha de caju no mercado internacional, que é um produto com maior peso na economia da Guiné-Bissau, e esta redução do preço do produto essencial na economia guineense tem efeitos subjacentes nas contas externas, nos intervalos dos anos 2009 a 2012. A balança de pagamentos voltou a normalizar-se em 2013, e ainda com a retoma da normalidade em 2014 e aumento do preço de castanha de caju no mercado internacional, teve um impacto significativo nas contas externas. De acordo com o Banco de Portugal (2018. p. 48), verificou-se que “a quebra dos rendimentos recebidos por via da concessão de licenças de pesca, em consequência da falta de progresso nas negociações na altura com União Europeia e como também, o alívio de dívida concedido por Taiwan, no montante de 25 mil milhões de francos CFA (3,2% do PIB)” contribuiu para que o saldo da balança global tenha sido positivo (3% do PIB).

Quadro 4 - Evolução do investimento e da procura interna (mil milhões de francos CFA)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Investimento	23,5	24,6	28,1	33,8	34,9	0	34,3	39,4	39,6	(...)	(...)
Inv. Público	13,7	17,1	18,1	19,4	19,2	15,8	20,5	24,2	21,3	(...)	(...)
Inv. Privado	9,8	7,5	10	14,4	15,7	13,7	13,8	15,2	18,3	(...)	(...)
Procura Interna	437	453,9	486,9	507,9	553,7	555,6	578,4	643,5	727	(...)	(...)
Procura Global	514	526,9	571,4	644,1	669,2	650,1	688,6	814,2	912	(...)	(...)
Poupança interna bruta	-26,6	-38,9	-35,5	-3,6	-19,1	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Fonte: Banco de Portugal (vários anos) (...) Dados não disponíveis

Quadro 4: Apesar do fim da guerra civil no final dos anos 90, o País tem vivido um permanente clima de instabilidade política e militar com sucessivas mudanças dos governos, que não têm permitido ao País aproveitar o seu potencial dos recursos, e a impossibilidade de implementação de um plano económico e de desenvolvimento económico sustentável.

O País não consegue captar o potencial das suas receitas, tornando-se difícil criar um ambiente apropriado para dinamizar o investimento público ou privado. Embora com algumas

iniciativas e o desejo de criar os mecanismos para promover o investimento, após as eleições de 2014.

O governo liderado por Domingos Simões Pereira, tinha outra perspetiva no plano económico e social e tinha organizado a mesa-redonda em Bruxelas com os parceiros de desenvolvimento, e onde os parceiros disponibilizavam um montante significativo para criar as condições necessárias para promover, incentivar e atrair os investimentos.

Quadro 5 - Evolução do PIB setorial (mil milhões de francos CFA)

Setores	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
P primário	179,4	170,4	189,9	212,7	223,3	228	214	290	324	384	(...)
Ag., silvicultura e pesca	179,4	170,4	189,9	212,7	223,3	228	214	290	324	384	(...)
Secundário	52,1	49,9	53,7	57,7	12,7	14,6	15,2	18,8	15,4	22,8	(...)
Indústria	49	46,7	49,5	52,1	8,9	8,1	9,1	10,8	10,6	12,1	(...)
Construção	3,1	3,2	4,2	5,6	3,8	6,5	7,1	8	4,8	10,7	(...)
Terciário	140,5	150,8	156,3	174,3	186,3	197	207	211	238	243	(...)
Com., rest. e hotéis	74,1	75,8	80,3	85,5	95,0	111,3	115	156	134	126	(...)
Transp. e Comunicações	16,5	16,4	17,5	20,3	26,1	26,3	26,3	27,5	30,5	32,5	(...)
Admin. Pública	33,6	20,3	21,9	51,3	42,6	43,4	53,1	55,7	56	65,8	(...)
Banca, Seg. e outros serv.	16,3	34,6	36,6	17,2	28,5	26,2	25,8	26,9	27,8	28,3	(...)
PIB Total	372	371,1	399,9	444,7	472,3	499,5	496	589	650	725	(...)

Fonte: Banco de Portugal (vários anos) (...) Dados não disponíveis

Quadro 5: De uma forma em geral, falando da economia da Guiné-Bissau, o setor primário é a alavanca das receitas públicas ao longo dos anos e com efeito significativo nos agentes económicos, visto quando a produção agrícola e a negociação na concessão das licenças de pescas com os parceiros económicos se não tiveram sucesso o País enfrenta enormes dificuldades nas contas externas. Para tal, o preço da castanha de caju no mercado internacional é determinante para o comportamento do PIB e para o crescimento económico do País já que quase a metade da riqueza ou do PIB, por setor é explicado pela importância do setor primário.

Quadro 6 - Evolução da estrutura do PIB por setor (%)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Setor primário	48	46	47	48	47	46	43	49	50	53	(...)
Setor secundário	14	13	13	13	13	15	15	15	13	14	(...)
Setor terciário	38	41	39	39	39	39	42	36	37	33	(...)
PIB Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(...)

Fonte: Banco de Portugal (vários anos)

Quadro 6: O setor primário, continua a ser aquele que contribui com a maior percentagem para o produto interno bruto guineense, confirmando as informações da tabela 6., onde ilustra que quase 50% da riqueza da Guiné-Bissau é produzida pelo setor primário e determinado pelo preço de castanha de caju no mercado internacional que reflete os indicadores macroeconómicos da Guiné-Bissau.

Quadro 7 - Evolução da Balança de Pagamentos (milhões de francos CFA)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Balança Corrente	-12,9	-22,4	-35	-32,7	-7,3	-23,5	3,1	11,5	8,9	-3,8	(...)
Endividamento	15,5	32	49,3	32,7	37,4	26,5					(...)
Balança Global	2,6	9,6	14,3	26,8	30,1	3	60,9	39,3	-6,4	23,21	(...)

Fonte: Banco de Portugal (vários anos) (...) Dados não disponíveis

Quadro 7: A Balança de Pagamentos não é um indicador chave da determinação da riqueza, uma vez que depende do peso da moeda, valorização e desvalorização da moeda, etc.

Embora exista uma grande falta de informação precisa, segundo o apresentado no quadro 7, refere que a Balança Comercial apresentou resultados negativos de 2008 a 2013 e de 2014 a 2016 apresentou resultados positivos e correlação como endividamento. A Guiné-Bissau é um País, com enormes dificuldades económicas e com muita dependência do exterior, ou seja, dos parceiros internacionais, segundo informações de vários relatórios económicos sobre a Guiné-Bissau, que referem que os “donativos e assim como a perdão da dívida reflete nas contas externas da Guiné-Bissau”.

Quadro 8 - Evolução da Balança Comercial (mil milhões de francos CFA)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Exportações (f.o.b.)	57,4	57,4	62,7	67,2	114,2	93,2	82	149,2	164	190,7	(...)
dq Castanha de caju	46,2	46,8	51,8	55,4	104,4	82,9	68,1	129,1	161,1	188,4	(...)
Importações (f.o.b.)	89	95,5	97,3	113,1	119,7	115,2	105,9	122,4	136,5	164,6	(...)
Saldo Balança Comercial	-31,6	-38,1	-34,6	-45,9	-5,5	-22	-23,9	26,8	27,5	26,1	(...)

Fonte: Banco de Portugal (vários anos)

Quadro 8: Sendo a Guiné-Bissau, um potencial País na produção de produtos agrícolas, e por falta de diversificação, o País depende muito da produção da castanha de caju e esta dependência leva o País, a importar grande quantidade de bens e serviços para suprir as necessidades dos agentes económicos, e face a esta situação o País apresentou os resultados negativos do saldo da Balança Comercial de 2008 a 2014, devido às importações é superior às exportações e por outro lado de 2015 a 2017 apresentou os resultados positivos do saldo de Balança Comercial, e que pode ser influenciada por vários fatores internos e externos.

Quadro 9 - Evolução das exportações (mil milhões de francos CFA)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Exportações (f.o.b.)	57,4	57,4	62,7	67,2	114,2	93,2	82	149,2	164	190,7	(...)
dq Castanha de caju	46,2	46,8	51,8	55,4	104,4	82,9	68,1	129,1	161,1	188,4	(...)
Peso Caju/Exp. (%)	80,5	81,5	82,6	82,4	91,4	88,9	83,0	86,5	98,2	98,8	(...)

Fonte: Banco de Portugal (vários anos) (...) Dados não disponíveis

Quadro 9: A exportação continua a apresentar bons resultados, com quebra de valores em alguns períodos dependendo da situação política ou do valor do preço de castanha de caju no mercado internacional, o maior produto com peso nas exportações, e que oscila nos intervalos de 80% a 95%

Quadro 10 - Evolução da dívida externa (milhões de USD e %)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida externa total	1113,9	1068,1	163,2	174,5	188,5	326	356,7	318,6	505,5	638,7	(...)
Evolução anual (%)	...	-4	-85	7	8	73	9	-11	59	26	(...)
Dív. Ext. tot. (% PIB)	132,7	121,9	19,1	17,5	17,8	31,2	33,9	30,7	43,3	47,7	(...)

Fonte: Banco de Portugal (vários anos) (...) Dados não disponíveis

Quadro 10: De acordo com o relatório de Banco de Portugal sobre economia dos países de PALOP e Timor-Leste (2017-2018), que “A melhoria das contas públicas permitiu reduzir a dívida pública de 53,3% para 50,1% do PIB em 2017” e por outro lado, “o alívio de dívida concedido por Taiwan, no montante de 25 mil milhões de francos CFA (3,2% do PIB), contribuiu para que o saldo da balança global tenha sido positivo (3% do PIB). Nesta perspetiva pode se entender que não há uma política de gestão e controle da dívida pública na Guiné-Bissau, devido a sucessivas demissões dos governos, para além disso verifica-se uma diminuição da dívida externa, tal fato deve-se principalmente ao perdão da dívida por parte dos parceiros internacionais.

Quadro 11 - Evolução das operações financeiras do Estado (milhões de francos CFA)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1. Receitas totais	89,4	97,5	84,6	90,6	58,2	58,9	115	104,9	92	143,3	0
1.1 Rec. Correntes	34,6	35,4	44,6	52,5	46	41,1	65,5	64,8	64,3	100,4	(...)
1.2 Donativos	54,8	62,1	40,0	38,1	12,2	17,8	49,5	40,1	27,7	42,9	0,0
dq.Projetos	38,4	33,6	30,6	25,7	3,1	13,8	26,2	34,5	27,4	40,1	(...)
dq. Ajuda Orçamental	16,4	28,5	9,4	12,4	9,1	4,0	23,3	5,6	0,3	2,8	(...)
2. Despesas totais	92,4	83,2	85,5	93,3	69,5	68	128,7	143,2	144,5	153,3	0
2.1 Desp. Correntes	52,4	47,2	49,3	56,3	62,3	49,7	89,2	93,7	102	98,4	(...)
2.2 Desp. Capital	40	36	36,2	37	7,2	18,3	39,5	49,5	42,5	54,9	(...)
Saldo Global (1-2)	-3,0	14,3	-0,9	-2,7	-11,3	-9,1	-13,7	-38,3	-52,5	-10,0	0,0

Fonte: Banco de Portugal (vários anos) (...) Dados não disponíveis

Quadro 11: Apesar da instabilidade política na Guiné-Bissau e de sucessivas demissões dos governos nos últimos anos.

As finanças públicas resistiram a estas crises e registaram uma melhoria considerável nas contas nacionais face aos anos antecedentes ao 2014, devido às “medidas de melhoria da

eficiência da administração fiscal que têm sido implementadas no âmbito do programa de ajustamento com o FMI” (Banco de Portugal, 2014).

3.1.2. Situação ambiental

A necessidade do crescimento económico e do seu desenvolvimento é o foco de todas as economias e um modo de alcançar os objetivos de crescimento e desenvolvimento requer a utilização dos recursos naturais ou exploração dos recursos existentes no meio ambiente. No entanto para suprir as necessidades acima referidas têm as suas consequências sobre o meio que nos rodeia, por exemplo poluição do meio ambiente, efeito de estufa, desaparecimento de várias espécies. Face a esta situação houve a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992, e mais conhecido por a “Declaração do Rio sobre o meio ambiente e o desenvolvimento” e com alguns “princípios fundamentais¹²”.

A Guiné-Bissau, para cumprir com os princípios fundamentais da declaração do Rio criou a Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável em 2008, que tinha como visão “materializar as políticas de conservação e gestão durável dos recursos naturais, promover a qualidade de vida a toda a população da Guiné-Bissau, com vista a garantir a saúde animal, humana e ambiental e tinha como missões “conceber, coordenar e orientar e executar grandes políticas em matéria do ambiente e fazer a ponte entre o governo e diferentes instituições, organizações ou setores, que intervêm no domínio da preservação, conservação e gestão do meio ambiente.

Segundo Alfredo Simão da Silva, (2015, 34) refere que “a Guiné-Bissau se tem vindo a consciencializar cada vez mais da sua riqueza natural, investindo consideravelmente na conservação, ao ponto de cerca de 26% do seu território nacional serem já classificados como áreas protegidas.

Segundo o mesmo autor, ilustra que “gerir bem a biodiversidade” e as áreas protegidas é uma das formas de combater a “pobreza” e promover o desenvolvimento e ainda segundo ele “conservar vários espécies plantas, animais, etc., podem trazer ganhos ao turismo” ou seja atrair mais os turistas para a localidade. Por outro lado, segundo Alfredo, enquanto a Guiné-Bissau trabalha para inverter esta tendência e reconstruir a sua nação, o País aproveita a sua riqueza natural e apoia-se nos seus recursos naturais, particularmente nas áreas

¹² Ver, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992

da agricultura, minas, pescas e turismo para enfrentar os desafios do desenvolvimento. No entanto, manter o equilíbrio justo entre exploração e conservação. O Banco Mundial tem vindo a apoiar a Guiné-Bissau, nos seus esforços de conservação desde início dos anos 2000, apoiando uma série de projetos de gestão costeira e biodiversidade, para ajudar a estabelecer o IPAD e o sistema de áreas protegidos. Este esforço tem contribuído para preservar a rica biodiversidade do País e simultaneamente melhorar a qualidade de vida, das comunidades locais e para Tanya Yudelman, Especialista do Banco Mundial em Gestão Ambiental e de Recursos Naturais, ilustra que “terminaram um estudo para avaliar o potencial de riqueza natural do País, que demonstra claramente uma solida gestão da biodiversidade e dos recursos naturais em geral, é essencial para reduzir a pobreza e promover um crescimento económico”. No entanto, com a criação da Fundação BioGuiné, segundo o mesmo artigo, “a Guiné-Bissau poderá financiar, a longo prazo, os esforços de vigilância e conservação a longo prazo, assegurando a gestão sustentável de ecossistemas e áreas protegidas” e no mesmo contexto e para Yudelman, que “há desafios muito reais ao financiamento do esforço de conservação da Guiné-Bissau. Para que os sistemas de áreas protegidas atinjam todo o seu potencial, como plataforma para uma futura indústria vibrante de turismo e os benefícios económicos e sociais que promete, é essencial que estes esforços sejam sustentados.

Por fim o Arquipélago de Bijagós é um conjunto de “88 ilhas e ilhéus” é um lugar de refúgio de centenas de espécies de pássaros, peixes e mamíferos” e foi instituído pelo UNESCO como reserva do Homem e Biosfera incluído áreas protegidas.

3.1.3. Situação Política

A situação política e organizacional na Guiné-Bissau é caracterizada pelo multipartidarismo, e adotando um sistema semipresidencialista, e numa democracia representativa, no entanto o presidente é chefe do Estado e primeiro-ministro e chefe do governo e por outro lado o poder judicial é independente dos poderes executivo e legislativo.

No entanto, apesar do quadro constitucional e democrática, a força armada Guineense ou seja “os militares têm interferido várias vezes na liderança civil desde que eleições multipartidárias foram instituídas em 1994” e de acordo com Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (abril 2018) , sobre “estudo da Guiné-Bissau”, afirma que “ nos últimos 16 anos, a Guiné-Bissau sofreu dois golpes de Estado, uma guerra civil, uma tentativa de golpe e um assassinato presidencial pelos militares. Nenhum presidente conseguiu cumprir um mandato de 5 anos completo. Os resultados das últimas eleições

legislativas realizadas, em 2014”, para tal, no exercício desta função, no cenário atual o único presidente que cumpriu o seu mandato de 5 anos foi o José Mário Vaz eleito em 2014.

Neste âmbito, para situar melhor e perceber que a situação política não favorece política de arrecadação das receitas públicas. Vamos fazer uma resenha a partir do ano 2008, que o ano da referência do nosso estudo, quantos governos existiu e o tempo da durabilidade.

Tabela 4 - Lista de Primeiros-Ministros da Guiné-Bissau

Ordem	Nome	Início	Fim
1	Martinho Ndafo Kabi	13 de abril de 2007	5 de agosto de 2008
2	Carlos Correia	5 de agosto de 2008	2 de janeiro de 2009
3	Carlos Gomes Júnior	2 de janeiro de 2009	10 de fevereiro de 2012
4	Adiato Djalo Nandigna (interina)	10 de fevereiro de 2012	12 de abril de 2012
5	Rui Duarte de Barros (de transição)	16 de maio de 2012	3 de julho de 2014
6	Domingos Simões Pereira	3 de julho de 2014	20 de agosto de 2015
7	Baciro Djá	20 de agosto de 2015	17 de setembro de 2015
8	Carlos Correia ⁽¹⁾	17 de setembro de 2015	27 de maio de 2016
9	Baciro Djá ⁽¹⁾	27 de maio de 2016	18 de novembro de 2016
10	Umaro Sissoco Embaló	18 de novembro de 2016	30 de janeiro de 2018
11	Altur Silva	30 de janeiro de 2018	16 de abril de 2018
12	Aristides Gomes	16 de abril de 2018	3 de julho de 2019
13	Aristides Gomes ⁽¹⁾	27 de julho de 2019	29 de fevereiro de 2020
14	Nuno Gomes Nabian	29 de fevereiro 2020	presente

Fonte: O autor

Nota: É importante relembrar que no intervalo “de 31 de outubro de 2019 a 08 de novembro de 2019” houve um decreto que nomeava Faustino Imbali, como primeiro-ministro da Guiné-Bissau, mas que nunca funcionou, e ele acabaram por pedir demissão devido às ameaças de sanções internacionais.

No contexto económico esta mudança dos governos não ajuda a estabelecer uma política fiscal, ou seja, macroeconómica, no sentido de desenhar ou ter uma visão ampla do que deve ser feita, com vista a aproveitar enormes potencialidades do País no plano económico e na matéria de arrecadação das receitas públicas, de uma maneira em geral, o ambiente político nunca ajudará a estabelecer uma base sólida para encontrar soluções viáveis para economia de um País.

3.1.4. Situação social

3.1.4.1 Evolução da população

Tabela 5 - Evolução da população da Guiné-Bissau

Ano	População	Taxa de Crescimento
2008	1 544 318	N/A%
2009	1 579 063	2.25%
2010	1 615 514	2.31%
2011	1 653 853	2.37%
2012	1 694 065	2.435
2013	1 735 879	2.475
2014	1 778 826	2.47%
2015	1 822 419	2.45%
2016	1 866 467	2.42%
2017	1 911 580	2.42%
2018	1 957 783	2.42%
2019	2 005 103	2.42%
2020	2 053 566	2.42%

Fonte: <https://countrymeters.info/pt/Guinea-Bissau>

De acordo com a tabela 5, relativa à população, conclui-se que a população da Guiné-Bissau tem estado a evoluir razoavelmente.

3.1.4.2 Pirâmide etária

Tabela 6 - Pirâmide etária da população da Guiné-Bissau

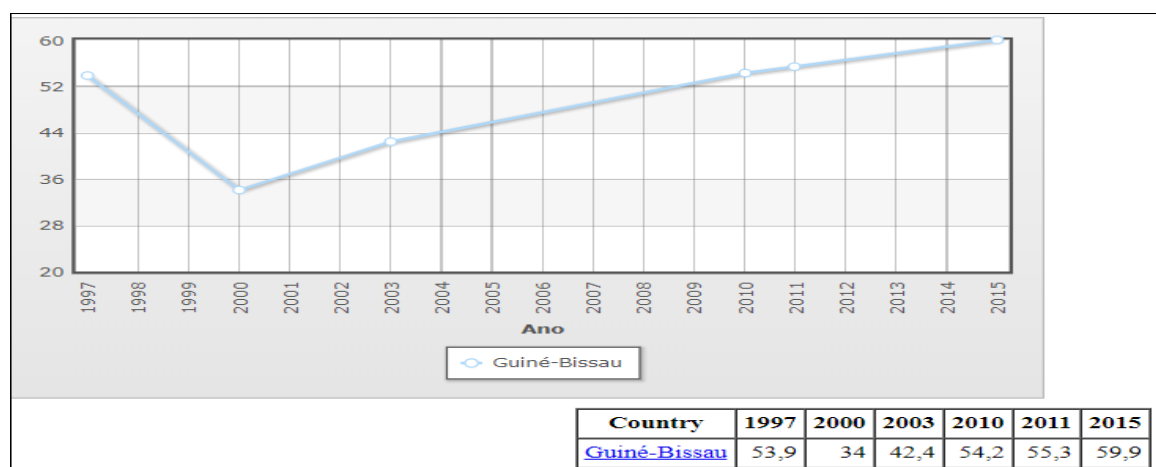
Ano	0-14 (anos de idade) %	15-64 (anos de idade) %	>64 (anos de idade) %
2018	41.34	55.59	3.07
2017	41.50	55.50	3.00
2016	41.61	55.45	2.94
2015	41.69	55.43	2.88
2014	41.85	55.30	2.85
2013	41.99	55.18	2.83
2012	42.1--3	55.05	2.83
2011	42.25	54.93	2.82
2010	42.33	54.86	2.81
2009	42.56	54.63	2.81
2008	42.81	54.38	2.81

Fonte: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/estrutura-populacional/Guiné-bissau>

De acordo com a tabela 6, demonstra que a população está mais concentrada, em termos percentuais (%), no intervalo de 15 - 64 anos de idade.

3.1.4.3 Taxa de alfabetização

Tabela 7 - Taxa de alfabetização



Fonte: [file:///C:/Users/Evaristo/Downloads/Guin%C3%A9-Bissau%20-%20Taxa%20de%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Dados%20Hist%C3%B3ricos%20Gr%C3%A1ficos%20\(3\).html](file:///C:/Users/Evaristo/Downloads/Guin%C3%A9-Bissau%20-%20Taxa%20de%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Dados%20Hist%C3%B3ricos%20Gr%C3%A1ficos%20(3).html)

A Guiné-Bissau tinha uma taxa de alfabetização significativa e os efeitos da guerra civil levaram a que essa taxa decrescesse até 34% no ano 2000, após o que voltou a recuperar bastante.

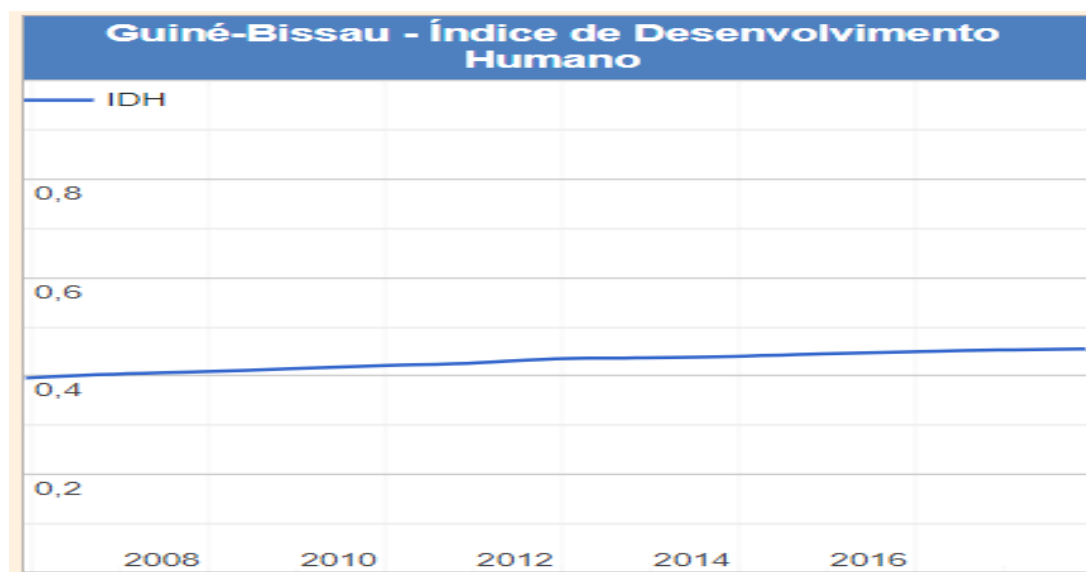
3.1.4.4 Índice de desenvolvimento humano e os outros

Tabela 8 – IDH

Gráfico 4 - IDH

Guiné-Bissau - Índice de Desenvolvimento Humano		
Data	IDH	Ranking IDH
2017	0,455	177°
2016	0,453	175°
2015	0,449	245°
2014	0,445	244°
2013	0,440	244°
2012	0,437	244°
2011	0,435	244°
2010	0,426	244°
2009	0,421	243°
2008	0,415	243°
2007	0,409	243°
2006	0,404	243°
2005	0,396	243°

Gráfico 4 - IDH



Fonte: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/guine-bissau>

A Guiné-Bissau, de acordo com informações de vários relatórios económicos demonstram que o País continuou a figurar, nos últimos lugares no ranking do IDH, devido à situação política, e que ajuda a estabelecer políticas de criação da riqueza ou seja que não ajuda estabelecer um plano macroeconómico estável que permita um investimento e criação de oportunidade de emprego.

3.1.4.5 Evolução do emprego e desemprego

Para uma melhor perceção dos efeitos e relacionamentos dos agentes económicos¹³ e como dos fenómenos económicos, neste estudo vamos fazer um enquadramento teórico a partir da abordagem da função macroeconómico Keynesiana. E, como é obvio que a economia não é uma ciência exata, mas que procura alternativas flexíveis e soluções propícios para dinamizar a economia.

Segue a representação da expressão do PIB:

$$\text{PIB} = C + I + G + X - N$$

Onde:

C = Consumo,

I = Investimento,

G = Gasto do governo,

X = Exportação,

N = Importação,

Partindo do relacionamento positivo, entre agentes económicos onde o “Estado é centro da atividade económica”. Por exemplo, falando das variáveis económicas de acordo com o modelo Keynesiano, a variável “G” (gasto do governo), e se o Estado criar as condições necessárias ou básicas para o desenvolvimento e crescimento económico sustentável, nomeadamente infraestruturas, política fiscal saudável, estabilidade política, segurança, etc., estas condições atraí e incentiva “I” (Investimentos) os investimentos internos e externos no País, ou seja o setor privado (empresas) vão produzir e criar postos de trabalhos especializados e não especializados e por conseguinte os indivíduos vão conseguir trabalhar ou ter emprego, obviamente que vão ser remunerado ou ter um rendimento, pois terão que consumir “C” (Consumo) é isso que viabiliza a economia e permite a criação da riqueza, e

¹³ Agentes económicos, Estado, empresas, consumidor e resto do mundo.

correlação as variáveis “X” e “N” (Exportações e Importações), e as trocas comerciais entre os Países ajuda no desenvolvimento e crescimento económico.

O relacionamento entre a taxa de desemprego e o crescimento económico, ou seja, os impactos de desemprego no PIB, e assim também como do emprego no PIB, e que ficou conhecido como a “Lei de Okun”, e essência do estudo do economista Arthur Okun nos anos 1960, é de conhecer o peso da taxa de desemprego no PIB, “quanto do produto interno bruto (PIB) do país pode ser perdida quando a taxa de desemprego está acima da taxa natural” e conclui que “a produção depende da quantidade de mão-de-obra usada no processo de produção, portanto existe uma relação positiva entre produção e emprego” e “existe uma relação negativa entre a produção e o desemprego (condicional à força de trabalho)”, conforme afirma José César das Neves (1997, p.110), que o desemprego é um problema grave de que a inflação, e “ilustra o que está em causa é a” vida dos trabalhadores e das suas famílias”, e isto reveste-se de muitas dimensões pessoais, comunitárias e sociais. Os governantes devem aproveitar os mecanismos de adotar uma política incentivadora do emprego e de manutenção da dignidade da pessoa humana.

A Guiné-Bissau continuou a apresentar enormes dificuldades, no mecanismo de combate ao desemprego, devido aos obstáculos com a exploração do potencial do País, derivado da situação política vivida no País.

A oportunidade de criação do emprego continuou a ser imprevisível, uma vez que não há uma” estrutura nacional destinada a identificar e acompanhar os desempregados”, torna –se assim, difícil identificar a taxa do efetivo dos desempregados, e estes aspetos não contribuem, para os mecanismos da arrecadação das receitas públicas e nem na solidez de uma política desenvolvimento e crescimento económico.

A Guiné-Bissau é um país altamente dependente de ajudas externas para suprir as suas necessidades, pois depende desse apoio para resolver os diversos problemas de índole orçamental, financeira e administrativa. Os principais fatores de retrocesso da economia e de subdesenvolvimento do país têm a ver com a constante instabilidade política e institucional, com a falta de infraestruturas económicas e financeiras, com a má qualidade dos serviços públicos, e da assistência social, praticamente em todos os aspetos.

Enfim, a economia da Guiné-Bissau continuou a ser uma economia volátil, sem criação de oportunidades de emprego e criando postos de trabalho ou oportunidades de emprego, que é uma forma clara de criar as receitas e promover o desenvolvimento e crescimento económico e assim como bem-estar económico e social, porque quando os

indivíduos ou as famílias estão a trabalhar vão ter rendimentos para suprir as necessidades e em contrapartida as empresas vão produzir para atender as necessidades dos consumidores ou seja, do mercado e este circuito tem um significado que é criação do rendimento ou receitas e estimular o bem-estar aos agentes económicos.

Capítulo IV: As medidas e desafios para arrecadar receitas e desenvolver a economia guineense

Neste capítulo, vamos esboçar as estratégias eficazes e eficientes que os decisores públicos devem adotar para o bom funcionamento das economias, demonstrando que a estratégia do Estado deve ser direcionada de forma, a criar as condições percutíveis ao bom funcionamento das políticas públicas, e para tal, as infraestruturas e capital humano são vetores essenciais, para enfrentar os desafios de um mundo mais competitivo e globalizado.

O País tem vivido ondas de instabilidade ao longo dos últimos anos ou décadas marcada pelos golpes do Estado e instabilidade política e com consequências no aumento da fragilidade do Estado, da corrupção, chegando ao ponto de ser chamado “corrupção crónica” **(Ver anexo I, e Quadro A.3.)**, no aparelho administrativo da Guiné-Bissau, chegando-se ao Estado de imobilismo económico provocado pela governação deficiente e que não ajuda na clarificação das estratégias de arrecadação das receitas públicas e na transparência da sua utilidade e na criação de um sistema capaz de responder às necessidades dos agentes económicos e tornando a população mais vulnerável, e ocupa a posição número 177 no «ranking» IHD e com um número da população estimado em 2018 por volta de 1.584.791 habitantes, e de acordo com todos os indicadores económicos, sociais e geográfico, **(Ver Anexo I, Quadro A.2. e Quadro A.4., e III)** ilustra que o País deve ser repensado, devido as suas potencialidades económicas e com o objetivo de contornar a situação e criar os mecanismos de dinamização da economia e de promover o desenvolvimento e crescimento económico sustentável.

4.1. As estratégias do desenvolvimento económico e social como fator relevante para a criação das receitas

Obviamente que o País tem estado a desperdiçar oportunidades e valores, devido à situação política no País, e que não ajudou no cumprimento de alguns planos de desenvolvimento, por exemplo no caso de DENARP I e DENARP II, e ambas com o objetivo de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento, e segundo as perspetivas económicas em África - Países Africanos da CPLP (2014. p.50) afirmam que “o sistema de proteção social continua a ser fraco”¹⁴ devido à falta de recursos financeiros e de recursos técnicos”.

¹⁴ Ver, Perspetivas económicas em África - Países Africanos da CPLP (2014. p.50)

É o caso de DENARP II, p.7 que tinha como principal objetivo, que é de “reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões¹⁵, criando mais oportunidades de rendimento, de emprego e melhorando o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade num Estado de direito reforçado” e de acordo com o mesmo documento, os quatro eixos relevantes de atuação do DENARP II estavam focalizados na “promoção do Estado de direito, do desenvolvimento económico e do capital humano” tendo em consideração as valiosas e magníficas contribuições que estes eixos têm no processo de desenvolvimento e crescimento económico e no melhoramento das políticas de arrecadação das receitas públicas.

Conclui-se que, o ambiente político na Guiné-Bissau não ajuda no progresso económico, uma vez que o processo do desenvolvimento económico, necessita da estabilidade política para funcionar as estratégias. Basicamente os políticos devem estabelecer ambientes económicos saudáveis, para alcançar os objetivos previstos. Salientamos dois aspetos nestes últimos anos que são: o projeto de porto de Buba e da mesa-redonda em Bruxelas sobre a Guiné-Bissau tendo-se verificado que o País perdeu enormes oportunidades, para relançar a sua economia e desenvolver as suas estratégias, com o golpe de Estado de 2012 e a instabilidade política instalada em 2015.

4.2- As orientações para estabelecer um plano de desenvolvimento e crescimento económico significativo e sustentável

4.2.1 - “Fortalecer o Estado de Direito e as instituições republicanas”

Este ponto, prima no estabelecimento de uma estrutura administrativa adequada e permite aos agentes económicos viverem num clima de confiança e de segurança duradoura.

A reforma da administração pública é uma prioridade importante do DENARP II, e neste trabalho também é uma prioridade, porque sem a reforma no setor administrativo público Guineense, não existirão as mudanças necessárias, com vista a alcançar os objetivos do desenvolvimento a que está associada a eficiência e eficácia, e que pode influenciar na política de arrecadação das receitas públicas e contribuir para o crescimento da mesma e por outro lado, o fortalecimento dos poderes locais ou das regiões serão umas das estratégias evidentes para a melhoria da eficiência e eficácia nos cumprimentos das políticas públicas, permitindo a cada região desenvolver o seu potencial em termos dos recursos naturais. Neste

¹⁵ Ver, DENARP II

âmbito, Francisco Jaime Quesado et al. (2010, p.71) afirma que “não se pode conceber uma aposta na competitividade estratégia do País sem entender e atender a coesão territorial, sendo por isso decisivo o sentido das efetivas apostas de desenvolvimento regional, de consolidação de «clusters» de conhecimento sustentados” e que uma mais valia para o desenvolvimento equitativa e sustentável de um País.

4.2.2 - Estabelecer um clima macroeconómico estável e duradouro

Este ponto baseia-se, na relevância da estabilidade política e nas políticas económicas, que promovem a confiança dos agentes económicos, permitindo que o setor privado cumpra o seu papel na atividade económica.

Sendo assim, a política fiscal ou sistema fiscal terá um papel preponderante e essencial neste âmbito, na atração e de captação dos investimentos estrangeiros e no incentivo ao investimento privado local, caso é o exemplo do FUNPI na Guiné-Bissau. Permitindo um desenvolvimento do setor privado, ‘e uma mais-valia para a sociedade, devido que as empresas vão criar postos de trabalho e por outro lado pagar impostos ao Estado, e ampliando o bem-estar da população da Guiné-Bissau. Portanto, de acordo com Quesado et al. (2010, p.71) ilustra que “a consolidação do novo papel de uma sociedade do valor entre nós passa em grande medida pela efetiva responsabilidade nesse processo dos diferentes atores envolvidos – Estado, universidade, empresa”. Mas na realidade, a situação política e económica na Guiné-Bissau não ajuda ou favorece que estes atores ou cada ator cumpre o seu papel.

4.2.3 - Promover um ambiente favorável ao desenvolvimento e crescimento económico sustentável

Este ponto, visa realçar a importância do investimento nas infraestruturas adequadas, com vista a facilitar o ambiente de negócio ou da atividade económica e vida da população, no qual temos como exemplo a ponte Amílcar Cabral. E para além de contributo, já mencionada a ponte Amílcar Cabral é um investimento produtivo, porque as taxas cobradas servem de receitas ao Estado e associando as potencialidades do País. Investir e desenvolver as infraestruturas adequadas no intuito de promover e de incentivar os investimentos sendo um caminho notável para o desenvolvimento e crescimento económico significativo e sustentável da Guiné-Bissau, visto que os grandes portos a nível mundial faturam muito ou arrecadam a quantidades elevadas de receitas, tendo como exemplo, de acordo com o relatório de IPAD, é o “porto de Buba que ficara como um porto estratégico na zona da costa ocidental

da África” e trará muitos benefícios ou ganhos para a Guiné-Bissau ou seja, estes investimentos serão fontes de criação das receitas para o País e para além do Porto de Buba ser fonte de arrecadação, seria um investimento ou projeto que ira ajudar resolver vários problemas entre as quais: “Emprego e migração de trabalhadores. “O Porto de Buba criará importantes oportunidades de emprego especializado e não especializado, e que resolver problemas de desemprego local” IPAD (2009, p. 39) e segundo o mesmo relatório, nos demonstra que “a exploração e comercialização de bauxite de Boé não serão economicamente rentáveis sem a existência de um porto de grande capacidade” e face a este estudo demonstra-se a importância do País a postar em investir em infraestruturas.

4.2.4 - Melhoramento das instituições e adequabilidade a um plano de desenvolvimento e crescimento económico

O propósito deste ponto está centralizado na exigência da globalização e nos paradigmas institucionais, que requer eficiência e a qualidade.

De acordo com Francisco Jaime Quesado et al. (2010, p. 70) “Portugal precisa rapidamente de reforçar os seus níveis de inteligência coletiva e assumir-se desta forma como uma verdadeira sociedade de valor, capaz de sustentar o nível de competitividade e crescimento compatíveis com os desafios de um mundo global exigente”. E este pensamento deve ser abordado frequentemente e pode ser aplicado aos governantes guineenses, para que tenham a noção e consciência das paradigmas e panoramas atuais, face ao desenvolvimento e crescimento económico sustentável que está associada a inteligência coletiva e na construção de uma sociedade de valores e requisitos mais valorizado pelo IDH.

4.2.5 - O desenvolvimento de capital humano e aumento de nível de conhecimento

Este ponto está associado à valorização do saber, que é um dos requisitos de grande importância nas mudanças de comportamento da humanidade. Nas mudanças das sociedades na elevação de nível de escolaridade tem efeitos bastante significativos na sociedade mundial. Para Romer (1990), afirma que, “uma economia com um estoque total maior de capital humano experimentará um crescimento mais rápido” neste contexto podemos efetuar uma comparação entre Guiné-Bissau e Senegal, no fluxo dos estudantes que vão ao senegal estudar ou fazer as suas formações. Neste caso o Senegal tem a vantagem significativa sobre a Guiné-Bissau, nas instituições internacionais sediadas em Guiné, as Nações Unidas (UN), e entre

outros lugares-chaves são ocupadas pelos cidadãos senegaleses, por causa de maior estoque de capital humano, e para que haja um paradigma no seio da sociedade guineense.

Assim, os governantes devem apostar no desenvolvimento de capital humano.

4.3- Combater a fragilidade institucional

Como é sabido que a fragilidade institucional, favorece a corrupção, os governantes devem adotar as medidas e ter espírito republicano usando os mecanismos mais eficientes e eficazes de combater a corrupção, como é o caso dos recibos que contêm todas as informações relevantes da transação e a informatização da administração fiscal. Neste sentido deve-se implementar alguns aspetos importantes, como acontece com a necessidade de se ter uma contabilidade pública ativa e combate à economia informal.

Como vimos nos capítulos anteriores, a importância da contabilidade pública nas finanças e nos diferentes conceitos e abordagens e os estudos sobre a importância da contabilidade nas finanças públicas, e que demonstram que a contabilidade tem um poder evidente no controlo do património público, uma vez que regista todos os atos de entrada e saída de recursos financeiros públicos.

Assim sendo, há uma necessidade de implementação deste serviço em todos os departamentos públicos, no âmbito do melhor controle e de gestão dos recursos públicos.

4.4. Auditoria às contas públicas

O Tribunal de Contas deve acompanhar o processo de arrecadação das receitas públicas e nas suas aplicações, sendo ele uma das instituições com os poderes de combate à corrupção.

4.5. A proposta de criação de uma autoridade tributária e aduaneira na Guiné-Bissau

Tendo em consideração o sucesso com a criação de Autoridade Tributária e Aduaneira, com o caso de Moçambique¹⁶, propomos esta premissa aos decisores públicos Guineenses de forma a criarem um serviço ou órgão na estrutura das finanças públicas, de forma a terem uma maior angariação das receitas e o melhor controle das mesmas. **(Ver anexo II, e principalmente, o ponto 4.a).**

¹⁶ Ver, https://www.mcnet.co.mz/Files/Legislacao/Leis/Lei_1_2006.aspx

No sentido de encontrar os mecanismos mais eficientes e eficazes de cobrança dos impostos, e tornar o sistema tributária e aduaneira mais transparente e eficaz e na simplificação da mesma, e na introdução das normas precisas para alargamento da base tributária e prosseguir com a modernização do sistema das finanças públicas da Guiné. Bissau e na redução da fraude e da evasão fiscal e ainda proceder com a avaliação do desempenho económico e assim como incentivos fiscais, no sentido de melhor coleta das receitas e de promoção dos investimentos.

É, neste sentido que se torna necessário criar uma Autoridade Tributária, com a ideia de aumentar mais as receitas públicas e incentivar o crescimento económico, uma vez que apresenta êxitos no sistema moçambicana.

De acordo com o Boletim da República (2006, p. 47), a Lei n.01/2006 de 22 de março, com vista à modernização e fortalecimento dos órgãos de gestão da administração tributária, com base nos princípios estabelecidos no Capítulo I do Título XII da Constituição da República de Moçambique, torna-se necessário proceder à criação de uma nova entidade a quem compete a administração e controlo de receitas públicas de natureza tributária. E para tal, como já referimos que é importante criar um órgão deste tipo na estrutura das finanças da Guiné-Bissau, e como é um proposto, não vamos avançar em amplos detalhes, mas sim vamos interessar em conhecer os componentes que nos permite conhecer ou identificar uma instituição que se rege através da sua missão, visão e valores.

Quando falamos em missão referimo-nos à capacidade de amealhar receitas do Estado e criar os mecanismos favoráveis, a um bom funcionamento do comércio, na perspetiva de garantir um bem-estar económico e social do País.

A visão refere-se à acreditação dos agentes económicos, e na execução e prestação de um serviço tributário e aduaneiro de qualidade.

E por fim temos os valores que regem este tipo de instituição e que assentam na transparência, flexibilidade, integridade, dedicação, equidade, competências profissionais.

Conclusões e recomendações

Com esta dissertação concluiu-se desde logo que o Estado é uma instituição organizada e com o objetivo de promover o bem-estar económico e social a população. Face a este propósito, ele realiza as despesas e necessita das receitas com vista a suprir as despesas.

O Estado pode ser o centro da atividade económica, com o objetivo de criar os mecanismos eficientes e eficazes a agentes económicos, controlo das variáveis económicas e proporcionar a melhor qualidade na gestão da tesouraria pública e a sua transparência perante os seus cidadãos, incentivar e atrair investimentos através da política orçamental e fiscal de um governo e que é uma das formas para estimular aumentar a capacidade de arrecadações das receitas públicas e promovendo o desenvolvimento e crescimento económico sustentável.

O desenvolvimento e crescimento económico, requerem a implementação de uma política fiscal saudável, e que permite mobilizar e atrair os investimentos, e com efeito de promover o emprego e combater o desemprego, com intuito de dinamizar a economia, e o Estado retirar os benefícios a outros agentes económicos, através de pagamentos dos impostos e que se converte em receitas públicas.

Verificou-se nos últimos anos que as receitas fiscais evoluíram significativamente, principalmente a partir do ano de 2014 devido ao programa do FMI, e contribuíram notavelmente para a melhoria das finanças públicas e do crescimento do PIB.

Todavia, este crescimento do PIB, não teve um impacto notável no bem-estar dos agentes económicos, devido à situação política e teve igualmente efeitos negativos no IDH. De facto, o País continuou a ocupar as últimas posições no “ranking IDH”.

Por outro lado, verificou-se que a vulnerabilidade da situação económica da Guiné-Bissau está associada à forte dependência da produção de castanha de caju, e se o preço deste produto é afetado no mercado internacional tem efeitos nos agentes económicos. Por outro lado, o País depende muito dos parceiros de desenvolvimento.

Este estudo, bem como vários relatórios do FMI mostrou através do gráfico 1 (potencial das receitas fiscais) o potencial das receitas fiscais em termos percentuais (%) comparando-as com o esforço fiscal e as receitas fiscais efetivas, tendo-se concluído ser necessário a criação de um mecanismo para controlar uma situação onde há muito desperdício das receitas fiscais, uma vez que nem atingimos 50% da nossa capacidade de arrecadação das receitas fiscais.

Desta forma, a criação de uma política fiscal saudável ao investimento e outras condições propícias ao desenvolvimento e crescimento económico sustentável, permitirá ao País viabilizar a sua economia e encontrar novos caminhos de desenvolvimento sustentável.

Como descrito anteriormente, a Guiné-Bissau possui enormes potencialidades económicas e potencialmente uma grande capacidade de arrecadação das receitas públicas devido aos vários recursos económicos que o País possui. Mas, por outro lado, nota-se que a situação política existente e que tem defrontado inúmeros golpes e tentativas de golpes de Estado, não favorece as políticas públicas, conforme descrito em vários relatórios económicos sobre a Guiné-Bissau.

Neste sentido, o setor primário continua a ser aquele que contribui com a maior percentagem para o produto interno bruto guineense, confirmando as informações da tabela 6, onde se verifica que quase 50% da riqueza da Guiné-Bissau é produzida pelo setor primário. Por outro lado, contrariamente ao expectável, existem vários serviços encarregados pela arrecadação das receitas, nomeadamente vários ministérios. Ainda é de destacar neste ponto a existência de situações pouco estruturadas, como acontece com o facto de paralelamente ao Instituto Nacional da Segurança Social existir outro ministério ou serviços não especializadas, encarregues da distribuição da riqueza bem como a existência de dois regimes de contribuição para a Segurança Social.

Nesta dissertação, recomenda-se pois a aplicação das ‘medidas e desafios para a melhor arrecadação das receitas públicas’ desenhada no Capítulo IV, e a retoma do FUNPI, numa outra vertente para financiar o regime não contributiva da Segurança Social, uma vez que este regime é financiado pelo orçamento do Estado e dos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau, e atribuir a Segurança Social como único órgão do Estado com poderes de atender as pessoas com necessidades e distribuição da riqueza e assim como a criação de AT delegando-a os poderes como única entidade encarregue com as políticas e mecanismos de arrecadação das receitas fiscais.

Finalmente, em termos de linhas de investigação futuras propõe-se analisar a Guiné-Bissau no que se refere a outros indicadores económicos, de forma a aprofundar o papel e o estado da corrupção na economia. Também seria interessante comparar este país com outros da região nos mesmos moldes e ver como cada um evoluiu.

Referências Bibliográficas

Ageas Seguros. (2011). *Conceito de desemprego*. Portugal. Disponível em <https://conceito.de/desemprego>

ANEME. (2018). *Estudo Guiné-Bissau*. Disponível em https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO_GuinéBissau-1.pdf. Portugal.

Atkinson, A.B., Stiglitz, J.E., (1976). The design of tax structure: direct versus indirect taxation. *Journal of Public Economics* 6, 55–75. Disponível em [http://darp.lse.ac.uk/papersdb/Hellwig_\(EL_10\).pdf](http://darp.lse.ac.uk/papersdb/Hellwig_(EL_10).pdf)

Bank, W. (2015). O desenvolvimento verde da Guiné-Bissau ganha raízes, começando pela conservação da biodiversidade. *O desenvolvimento verde da Guiné-Bissau ganha raízes, começando pela conservação da biodiversidade*, Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2015/11/30/guinea-bissaus-green-development-takes-root-starting-with-biodiversity-conservation>

Barca, A. C. (2009). *Convenção sobre dupla tributação com a Guiné-Bissau*. Disponível em https://www.aciab.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=232:convencao-sobre-dupla-tributacao-com-a-guine-bissau&catid=37&Itemid=255&lang=en.

Bonito Perfeito, A. A., Castro, A., Morgado, A., Gomes, A., Pires de Carvalho, A. A., Bordalo, Á. (2013). *Dicionário da Língua Portuguesa. Acordo ortográfico*. Portugal: Porto Editora.

Calado, A. C.; Silveira, O. C., & Carvalho, J. B. (2006). *Contabilidade Pública - Legislação*. Portugal: Áreas Editora.

Caldas, J., & Louçã, F. (2010). *Economia(s)*. Portugal: 2ªed; Edições Afrontamentos

Camara, F. T. (2017). Guiné-Bissau: Sem emprego e políticas públicas para os jovens. *Guiné-Bissau: Sem emprego e políticas públicas para os jovens*. Disponível em

<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-sem-emprego-e-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-os-jovens/a-39407980>

Cario, S. A. F; Augusto, C. A; de Souza, J. P; & Dellagneto, E. H. L (2013). Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011); *Revista de Economia e Sociologia Rural*; Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007

Carvalho, J. (2016). *Eficiência Econômica*. Disponível em <https://jbnc.jusbrasil.com.br/artigos/395488605/eficiencia-economica>:

Castro, C., & Eseig, E. I. (2006). *Política fiscal e crescimento económico*. pp. Vol III n.os 5/6, 087-118.

Castro, F., & Gonzales-Minguez, J. M. (2008). *La Composición de las Finanzas públicas y el Crecimiento a Largo Plazo um Enfoque Macroeconómico*. Banco de España, Espanha: Documentos Ocasionales nº0809.

Cavalcanti, E. M., & Santana, R. O. (2014). *A importância das finanças públicas equilibradas para o desenvolvimento económico de um país*. Brasil: R. G. Universitária, Ed.

Cera, D. C. M (2010). <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2480456/com-relacao-a-origem-como-as-receitas-publicas-sao-classificadas-denise-cristina-mantovani-cera>. Disponível em 2017, de Com relação à origem, como as receitas públicas são classificadas?: Disponível em <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2480456/com-relacao-a-origem-como-as-receitas-publicas-sao-classificadas-denise-cristina-mantovani-cera>

Cherobim, A. P., Martins, G. d., & Silveira, J. A. (2003). *Abordagem Metodológica Qualitativo – Quantitativa em Pesquisas*, pp. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/7/enanpad2003-epa-0249.pdf

Conselho das Finanças Públicas. (2017). *Análise do Programa de Estabilidade 2017-2021*. Portugal. Disponível de https://www.cfp.pt/uploads/publicacoes_ficheiros/cfp-relatorio-04-2017.pdf

Countrymeters. (2020). População da Guiné-Bissau. *História população da Guiné-Bissau*, pp. <https://countrymeters.info/pt/Guinéa-Bissau>. Disponível em <https://countrymeters.info/pt/Guinéa-Bissau>

Coutinho, P. (2014). Direito Financeiro. *Receitas transferidas no direito financeiro*, pp. 1-50. Disponível em <https://www.trabalhosfeitos.com/categoria/receitas-transferidas-no-direito-financeiro/0>

da Rocha, A. (2006). Governo deve criar outras fontes de receitas, exceptuando o petróleo. *Governo deve criar outras fontes de receitas, exceptuando o petróleo*. Angola: Angola Noticias. Disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/8846/governo-deve-criar-outras-fontes-de-receitas-exceptuando-o-petroleo>

Da Silva, A. S; (2015); *O desenvolvimento verde da Guiné-Bissau ganha raízes, começando pela conservação da biodiversidade; " Na Guiné-Bissau, acreditamos em gerir a biodiversidade, para obter maior desenvolvimento"* Guinea-Bissau, we believe in managing biodiversity in order to ensure greater development" The World Bank; Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2015/11/30/guinea-bissaus-green-development-takes-root-starting-with-biodiversity-conservation>

da Silva, C. G., Machado, S. J., & Rebelo, A. M. (2010). Receitas e gastos governamentais: uma análise de causalidade para o caso brasileiro. *Economia Aplicada, Econ. Apl. vol.14* (04). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502010000400001>

da Silva, J. L. (2018). *Lei de responsabilidade fiscal na contabilidade pública*. pp. Ed. 02, Vol. 04, pp. 89-108. Disponível em <https://www.Ed. 02, Vol. 04, pp. 89-108nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/lei-de-responsabilidade-fiscal>

Dantas , L. A. (2017). *A Contabilidade Pública como Ferramenta de Gestão no Enfrentamento da Crise Financeira*. Disponível de <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/contabilidade-publica>, Ed.

de Sousa, L. G. (2011). Economia do Brasil. (R. a. a, Ed.) *Economia do Bem-estar*. Disponível em <https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/11/lgs.html>

Domingos Bamba, S. A. (2014). Finanças públicas e deficit em África: caso Angola, Tese apresentada pelo Departamenyo de Economia pela Universidade Portuguesa para

obtenção do grau de mestre orientado pelo Luis Pacheco. *Finanças Públicas e Déficit em África: Caso Angola, Tese apresentada pelo Departamento de Econo.* Universidade Portuguesa, Lisboa, Portugal: Universidade Portucalense. Disponível em <http://repositorio.uportu.pt:8080/jspui/bitstream/11328/1237/4/TMF%2088.pdf>

Enciclopédia. (2012). Conceito de. *Conceito de inflação*. <https://conceito.de/inflacao>, Portugal. Disponível de <https://conceito.de/inflacao>

Ezekwesili, O. K., Fetini, H., Bassani, A., & English, P. (2010). *Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado* Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional. Guiné-Bissau: Public Disclosure Authorized. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/314531468034873380/pdf/595620ESW0PORT1Main0Report01PUBLIC1.pdf>

Ferreira, a. G. (2012). Considerações acerca da receita pública orçamentária e o seu disciplinamento na Lei de Responsabilidade Fisca. (Revista Jus Navigandi, Ed.) *Considerações acerca da receita pública orçamentária e o seu disciplinamento na Lei de Responsabilidade Fisca*. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/21415/consideracoes-acerca-da-receita-publica-orcamentaria-e-o-seu-disciplinamento-na-lei-de-responsabilidade-fiscal>

Ferreira, E. d., Oliveira, J. P., & Montagú, M. J. (2010). *Investimentos e Práticas em Economia* (Vol. 1ªed). Portugal.

Figueredo, E. A. (2009). Economia Aplicada. *O impacto da mobilidade de renda sobre o bem-estar econômico no Brasil*, 13(3), pp. 475-486. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-80502009000300007>

FMI, (2015). *Consultas de 2015 ao abrigo do artigo IV e pedido de {EMI}*, Fundo Monetário Internacional. Guiné-Bissau: Fundo Monetário Internacional. Disponível em <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/SCR/2015/cr15194p.pdf>

FMI, (2017). *Consulta de 2017 ao Abrigo do Artigo IV, Quarta Avaliação no Âmbito da Facilidade de Crédito Alargado e Avaliação das Garantias de Financiamento*. Relatório

do FMI n.º17/380, Fundo Monetário Internacional, Guiné-Bissau. Disponível de <file:///C:/Users/Evaristo/Downloads/cr17380p.pdf>

Gemmel, G; Kneller, R (2003); “*Fiscal Policy , Growth and Convergence in Europe*” *Treasury Working Paper Series 03/14*, New Zealand. Disponível em <https://ideas.repec.org/p/nzt/nztwps/03-14.html>

Godoy, A. S. (04 de 1995). *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. *RAE* • v. 35(57-63). Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>

Gomes, J. (2018). Extensão da Proteção Social na Guiné-Bissau. *Extensão da Proteção Social na Guiné-Bissau*. Disponível em https://www.usp2030.org/gimi/RessourcePDF.action;jsessionid=yCHQEeo-6GJW7t5V3rYoXRphapy_I7X5Tk2DD-ugShb76BLkUv_e!-692971084?id=55388: A editora da série é Isabel.

Here, D. T. (2015). Os Custos da Fragilidade na Guine-Bissau: Instabilidade política: Instabilidade Política. *Os Custos da Fragilidade na Guine-Bissau: Instabilidade política: Instabilidade Política*. Portal for Parliamentary Development. Disponível de <http://old.agora-parl.org/pt/resources/library/os-custos-da-fragilidade-na-guine-bissau-instabilidade-politica>

Infopédia. (2003-2020). funções económicas do Estado. [https://www.infopedia.pt/\\$funcoes-economicas-do-estado](https://www.infopedia.pt/$funcoes-economicas-do-estado). Disponível em 28 de 07 de 2020, de [https://www.infopedia.pt/\\$funcoes-economicas-do-estado](https://www.infopedia.pt/$funcoes-economicas-do-estado)

Internacional, A. (2015). <https://ami.org.pt/sem-categoria/guine-bissau-ami-amplia-escola-primaria/>. Disponível em 2017, de Guiné-Bissau: AMI amplia escola primária: <https://ami.org.pt/sem-categoria/guine-bissau-ami-amplia-escola-primaria/>

Kaberuka, D., Gurría, A., & Clark, H. (2014). *Perspetivas económicas em África 2014*. www.africaneconomicoutlook.org/po: Perspetivas económicas em África. Disponível em doi:: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264213005-pt>

Keynes, J. M (1936), *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*; Editora Nova Cultural Ltda. Brasil.

Lei nº3/2015. Aprovado o Orçamento Geral de Estado (OGE) para o ano económico 2015. *Suplemento ao Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau: Imprensa Nacional da Guiné-Bissau. Disponível de <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/InformacaoEconomicaRegulamentar/Anexos/GBi ssauLei3-2015.pdf>

Lobo, T. A., & Antonelo, J. B. (2014). *A Necessidade de aplicação da teoria da justiça de John Rawls para a construção de uma sociedade justa e igualitaria*. pp. 213-228. Disponível em <file:///C:/Users/Evaristo/Downloads/5555-23541-1-PB.pdf>.

Lukic, M. (2012). *A tributação no Brasil analisada a partir da abordagem cognitiva de políticas públicas*. 01(15), pp. 08-34. Disponível em https://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2012/05/15_1_lukic2.pdf

Lusa, A. (2005). Guiné-Bissau - Inaugurada oficialmente ponte aberta ao tráfego em Janeiro de 2004. *Guiné-Bissau - Inaugurada oficialmente ponte aberta ao tráfego em Janeiro de 2004*. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-inaugurada-oficialmente-ponte-aberta-ao-trafego-em-janeiro-de-2004_n109971. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-inaugurada-oficialmente-ponte-aberta-ao-trafego-em-janeiro-de-2004_n109971

Lusa, A. (2017). Auditoria a fundo de promoção agrícola na Guiné-Bissau revela má gestão. *Auditoria a fundo de promoção agrícola na Guiné-Bissau revela má gestão*. Portugal: Agência Lusa. Disponível em <https://observador.pt/2017/03/23/auditoria-a-fundo-de-promocao-agricola-na-Guiné-bissau-revela-ma-gestao/>

Macauhup. (2015). *Receitas fiscais da Guiné-Bissau em 2014 excedem previsões*. <https://macauhub.com.mo/pt/2015/02/27/guinea-bissaus-tax-revenues-of-guinea-bissau-in-2014-exceeded-forecasts/>. Disponível em <https://macauhub.com.mo/pt/2015/02/27/guinea-bissaus-tax-revenues-of-guinea-bissau-in-2014-exceeded-forecasts/>

Medeiros, M. (2017). *Entenda como o terrorismo e guerras afetam a economia global*. MAM economia. Disponível em 07 de 09 de 2017, de <http://mameconomia.com/2016/07/23/entenda-como-o-terrorismo-e-guerras-afetam-a-economia-globa>

Moraes, D. (2019). Entenda quais as diferenças entre a pesquisa qualitativa e quantitativa e saiba como aplicá-las. *Entenda quais as diferenças entre a pesquisa qualitativa e quantitativa e saiba como aplicá-las*. 2020 Rock Content. Disponível em <https://rockcontent.com/blog/pesquisa-qualitativa-e-quantitativa/>

Moreira, M. A., Quesado, F. (2010). Política orçamental que lições para Portugal, *Caderno de ECONOMIA*. Lisboa, Out-Dez 2010

Mundial, B. (2003-2020). Medindo a regulamentação do ambiente de negócios. *Facilidade de se Fazer Negócios em*. https://www.worldbank.org/404_response.htm. Disponível em <http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/Guinéa-bissau>

Nansil, S. (2017). *Câmara do Comercio e Tesouro Público foram os maiores beneficiários do FUNPI*. @e-Global Noticias em Português, Bissau. Disponível em <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/camara-do-comercio-e-tesouro-publico-foram-os-maiores-beneficiarios-do-funpi/>

Neves, J. C. (1997). *Principio de Economia Politico*. Lisboa: Serviços de Editora Verbo.

OCPLP, O. C. (2015). Guiné-Bissau tem grandes potencialidades agrícolas subaproveitadas. *Guiné-Bissau tem grandes potencialidades agrícolas subaproveitadas*. Disponível em <https://www.portalocplp.org/noticias/Guiné-bissau-tem-grandes-potencialidades-agricolas-subaproveitadas>. Disponível de <https://www.portalocplp.org/noticias/Guiné-bissau-tem-grandes-potencialidades-agricolas-subaproveitadas>

Paulo, E. Q. (2017). *Que conceito*. (E. Q. Paulo, Ed.) Disponível de <https://queconceito.com.br/recibo>: Disponível em: <https://queconceito.com.br/recibo> . Acesso em: [data-na-qual-o-artigo-foi-visto]

Pereira, C. A., Oliveira, F. R., & Gallo, M. F. (2014). Tributação ótima. Isso existe? *Tributação ótima. Isso existe?*

Pereira, P., Afonso, A., Arcanjos, M., & Gomes, J. (2009). *Economia e Finanças Públicas*. Lisboa: Escola Editora.

PHD, I. (2011). *A importância da pesquisa qualitativa. Pesquisas Qualitativas* – Instituto PHD. Disponível de <https://www.institutophd.com.br/a-importancia-da-pesquisa-qualitativa/>

Pinto, C. C., Almeida, C. F., Olavo, C., Soares, C. D., Monteiro, C., Palma, C. C., & Bastos, F. L. (2006). *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor Antonio de Sousa Franco* (Vol. Vol I). Lisboa: Coimbra Editora.

Portugal c, B. D. (2013). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2012|2013*. Lisboa: Departamento de Relações Internacionais. Disponível de www.bportugal.pt

Portugal d, B. D. (2014). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2013|2014*. Lisboa: Departamento de Relações Internacionais. Disponível de www.bportugal.pt

Portugal e, B. D. (2016). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2015|2016*. Lisboa: Departamento de Relações Internacionais.

Portugal f, B. D. (2017). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2016|2017*. Lisboa: Departamento de Relações Internacionais.

Portugal H, B. D. (2018). *Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste 2017|2018*. Lisboa: Departamento de Relações Internacionais.

Portugal, B. D. (2011). *Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010|2011*. Lisboa: Departamento de Relações Internacionais. Disponível de www.bportiugal.pt

Portugal, B. d. (2012). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2011|2012*. Lisboa: Departamento de Relações Internacionais. Disponível de www.bportugal.pt

Portugal, B. d. (2015). *Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste 2014|2015*. Lisboa: Banco de Portugal. Disponível em [boletim/evolu%C3%A7%C3%A3o%20das%20economias%20dos%20palop%20e%20de%20timor_lesite_web.pdf](#)

Prosegur. (2018). Guiné-Bissau - Pirâmide etária. *Guiné-Bissau - Pirâmide etária*. Disponível em <https://pt.countryeconomy.com/demografia/estrutura-populacional/guine-bissau>

Ramos, A. (2006). *Contabilidade Publica*. Disponível de http://portais.tjce.jus.br/esmec/wp-content/uploads/2008/10/contabilidade_publica.pdf

República, A. (2006). *Assembleiada República: Cria a Autoridade Tributária de Moçambique*. Disponível em https://www.mcnet.co.mz/Files/Legislacao/Leis/Lei_1_2006.aspx

Romer, P. M., (1990). Mudança Tecnológica Endógena; The University of Chicago Press Journals; *Journal of Political Economy*; vol. 98, nº5 Disponível em <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/261725>

Salgado, A., Fedi, F., & Leitão, F. (2009). *Relatório preliminar do processo de construção do Porto de Buba e seus impactos*. Buba: IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas. Disponível em <http://www.didinho.org/Arquivo/RELATORIO-IBAP.pdf>

Santana, P. J., Cavalcanti, T. V., & Paes, N. L. (2012). *Impactos de Longo Prazo de Reformas Fiscais sobre a Economia Brasileira* (Vol. V. 66). Rio de Janeiro, Brasil.

Santos, F. T., Sanhá, I., & Gama, J. (29 de 05 de 2009). Resolução da Assembleia da República n.º 55/2009. *Convenção entre a república portuguesa e a república da Guiné-Bissau para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento*. Diário da República, 1.ª série — N.º 146 — 30 de Julho de 2009, Portugal. Disponível em http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/InformacaoEconomicaRegulamentar/Anexos/GuineBissauRAR55_2009.pdf.

Santos, P. (2006). História da Pesquisa Qualitativa. *História da Pesquisa Qualitativa*. Disponível em <http://designinterativo.blogspot.com/2006/08/histria-da-pesquisa-qualitativa.html>

Schneider, S. S., & Schmitt, C. J. (1998). *O uso do método comparativo nas ciências sociais*. Disponível em http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/o_uso_metodo_comparativo.pdf

Search, C. (2018). Início > Dados Históricos Gráficos >. *Taxa de alfabetização (%)2018*. CIA World Factbook: CIA World Factbook - A menos que indicado de outra maneira, toda a informação em esta página es correta até Janeiro 1, 2018. Disponível em [file:///C:/Users/Evaristo/Downloads/Guin%C3%A9-Bissau%20-%20Taxa%20de%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Dados%20Hist%C3%B3ricos%20Gr%C3%A1ficos%20\(3\).html](file:///C:/Users/Evaristo/Downloads/Guin%C3%A9-Bissau%20-%20Taxa%20de%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Dados%20Hist%C3%B3ricos%20Gr%C3%A1ficos%20(3).html)

Silva, A. A., & Neves, J. L. (1992). *Finanças Públicas e Políticas Macroeconómicas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Soares Terra, P. R., Modigliani, F., & Miller, M. H. (2008). The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of. *The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment. American Economic Review* , 48 (3):261-297.. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS [en linea]*. 2008,, pp. 154-155. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3372/337228635008.pdf>

Soares Terra, P. S., Modigliani, F., & Miller, M. H. (2008). The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment. *American Economic. The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment. American Economic Review* , 48 (3):261-297.. *Revista Base (Administração e Contabilidade da UNISINOS)*.

Teixeira da Silva F., T. N., Fischer, F., Klos, S., & Newiak, M. (2015). *Os custos da fragilidade na Guiné - Bissau*. Fundo Monetaria Internacuional. Guiné-Bissau: Disponível em <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/SCR/2015/cr15195p.pdf>

Tributária, A. (s.d.). *Benefícios Fiscais*. Disponível em <http://www.at.gov.mz/por/Perguntas-Frequentes2/Beneficios-Fiscais>

Vendus. (2015). *O que é um Recibo e para que serve?* Disponível em <https://www.vendus.pt/blog/o-que-e-um-recibo-e-para-que-serve/>.

Web, C. (2014). O que é a Teoria das Vantagens Comparativas? *Conceitos da Teoria das Vantagens Comparativas*. Disponível em <https://www.colegioweb.com.br/historia/o-que-e-teoria-das-vantagens-comparativas.html>

Wikipédia, (2020). Lista de primeiros-ministros da Guiné-Bissau. *Lista de primeiros-ministros da Guiné-Bissau*. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_primeiros-ministros_da_Guin%C3%A9-Bissau

ANEXOS

Anexo I – Quadros da evolução das receitas

Quadro A.1. Evolução das receitas provenientes das contribuições e/ou taxa exportadores da castanha de Caju (FUNPI), em bilhões de Francos CFA, no Tesouro Público

Ano	2011	2012	2013	2014
Montante do FUNPI no Tesouro em (bilhões de FCFA)	----	2.5	1.1	4.5

Fonte: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/camara-do-comercio-e-tesouro-publico-foram-os-maiores-beneficiarios-do-funpi/>

Quadro A.2. Evolução da Posição de Índice de Fragilidade dos Estados dos PALOP

Países	Evolução de Posição do Índice de Fragilidade dos PALOP										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	56°	55°	59°	52°	48°	43°	43°	42°	37°	32°	33°
Cabo-Verde	85°	84°	88°	90°	91°	94°	93°	94°	101°	106°	110°
Guiné-Bissau	32°	27°	22°	18°	15°	15°	16°	17°	17°	16°	16°
Moçambique	85°	72°	69°	57°	59°	59°	50°	46°	42°	40°	36°
S.T. Príncipe	78°	95°	97°	96°	97°	91°	87°	93°	94°	97°	92°

Fonte: Countryeconomy.com (2020)

Quadro A.3. Posicionamento de índice de percepção de corrupção dos PALOP

Países	Posição de índice de corrupção dos PALOP										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	158°	162°	168°	168°	157°	153°	161°	163°	164°	167°	165°
Cabo-Verde	47°	46°	45°	41°	39°	41°	42°	40°	38°	48°	45°
Guiné-Bissau	158°	162°	154°	154°	150°	163°	161°	158°	168°	171°	178°
Moçambique	--	--	--	--	--	--	119°	142°	143°	153°	150°
S.T. Príncipe	121°	111°	101°	100°	72°	72°	76°	66°	62°	64°	64°

Fonte: Countryeconomy.com (2020)

Quadro A.4. Índice de desenvolvimento humano dos PALOP

Países	Índice de desenvolvimento humano dos PALOP											
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Angola	150	146	150	147	147	147	144	145	144	145	145	148
Cabo-Verde	124	124	125	125	124	123	122	123	123	126	125	126
Guiné-Bissau	173	174	174	174	174	175	176	175	176	178	178	175
Moçambique	180	181	183	184	183	183	183	181	180	181	181	181
S.T. Príncipe	138	138	139	139	141	139	136	135	134	134	135	135

Fonte: Countryeconomy.com (2020)

Anexo II – Áreas de reforma

1.a As áreas onde são necessárias reformas chaves que poderiam ser implementadas rapidamente:

- ✓ Implementar um novo sistema de cobrança de impostos e taxas que seria centralizado e

simplificaria grandemente tanto a obediência como o controlo fiscal.

- ✓ Transição do atual Imposto Geral sobre Vendas para Imposto sobre Valor Acrescentado.
- ✓ Usar os regulamentos da UEMOA relativos às práticas de contabilidade bem como aplicar as normas da SYSCOA para pequenas e médias empresas;
- ✓ Criar uma organização de contabilidade para a aplicação das normas da UEMOA;
- ✓ Auditoria da Direcção-Geral de Contribuição e Impostos para melhorar os controlos fiscais e eliminar os conflitos de interesse;
- ✓ Simplificar os regulamentos de controlo fiscal nas autarquias;
- ✓ Eliminar a carga de Emolumentos Pessoais aplicados às importações (1,5%) e às exportações (1%); (Relatório de diagnóstico do Comércio da Guiné-Bissau Ano 2010, P.44)

2.a As Principais Recomendações Necessárias nas Administração das Alfândegas:

- ❖ Concluir a implementação do novo sistema informático SYDONIA em paralelo com a respetiva formação;
- ❖ Implementar o programa de formação no espaço da CEDEAO para os funcionários das alfândegas;
- ❖ Comprar equipamento de comunicação para as Alfândegas, rádios, internet, etc.;
- ❖ Comprar barco para a Guarda Fiscal a fim de facilitar a inspeção e controlo;
- ❖ Tomar uma decisão política para que as Alfândegas sejam a única entidade autorizada a emitir despachos alfandegários. Outros serviços de polícia podem ser chamados quando necessário, mas não devem constituir novas exigências de controlo e inspeção; (relatório do diagnóstico da do Comércio da Guiné-Bissau ano, 2010, p.45)

3.a Indicadores de Referência Estruturais Propostos ao Abrigo do Programa ECF, 2015-2016 Medidas, Prazo, Justificativa macro Mobilização de receitas

- ✓ Implementar um posto extracomercial em Safim para reconciliar os dados das mercadorias nas faturas com o conteúdo efetivo das cargas. Setembro de 2015. Reforçar a arrecadação.
- ✓ Elaborar um plano estratégico para melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho dos funcionários na administração fiscal e aduaneira interna. Dezembro de 2015. Reforçar a arrecadação.
- ✓ Criar um regime para pequenos contribuintes através da introdução do NIF (número de identificação fiscal) universal dezembro de 2015 melhorar o cumprimento voluntário e elevar a receita fiscal. Gestão das despesas
- ✓ Preparar tabelas mensais regulares de projeção do fluxo de caixa do Tesouro coerente com o orçamento de 2015. Julho de 2015 com referência a agosto de 2015, mensal daí em diante reforçar a gestão das despesas.
- ✓ Transição para o pagamento de ordenados e abonos a todos os funcionários públicos (incluindo o serviço de segurança) através da banca. Setembro de 2015. Reduzir o manuseamento de numerário pelo Tesouro e fortalecer a gestão das finanças públicas.

Ambiente de negócios

- ❖ Elaborar um plano de auditoria de todas as empresas públicas e fundos autónomos. Março de 2016. Melhorar os serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas.
- ❖ Elaborar uma estratégia para promover a produção e a transformação de caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI. Junho de 2016. Reduzir os custos de transação; (Relatório do FMI no 15/194, agosto de (2015. P. 40)

4.a As urgências, se por ocase foi criada a Autoridade Tributaria na Guiné. Bissau:

- Criação do logotipo de ATGB
- Organograma de ATGB
- Plano de atividade

- Orçamento de ATGB
- Diretrizes do funcionamento e de controlo de órgãos ATGB
- Projeto de banalização dos impostos
- Projeto de criação de banco de dados
- Apresentação e avaliação dos relatórios atividades, trimestralmente, tornara como um mecanismo de controlo e do desempenho de cada departamento,
- Criação de banco de dados das regiões comerciais, onde serão registados todos os estabelecimentos comerciais e que serão atualizados de acordo com a necessidade da região comercial,
- Gabinete de investigação e de combate a corrupção, onde vamos criar mecanismos de atendimento de reclamações; um portal de atendimento, Fax, número de telefone e um espaço físico (gabinete) de atendimento presencial.
- Projeto de criação de instituto de formação tributaria.
- Projeto de criação da legislação a submeter a Assembleia da República
- Penalização das empresas que não emite as faturas.
- Regulamentos de utilização das viaturas do património público e em especial dos funcionários de ATGB,
- Penalização dos funcionários que não prestam o serviço em prol do bem-estar do Pais,
- Regulamento sobre as lojas ou edifícios comerciais,
- Formação e treinamento e coordenação efetiva dos Paramilitares de DGA
- Literacia fiscal e enquadramento dos cidadãos sobre o papel dos impostos
- Eventos e palestras deficit/superavit e cidadão e cidadania
- Projeto de edifício de ATGB e a camara de despachantes
- A contratação dos funcionários, ou seja, as vagas existentes, por via de concurso público e de acordo com as especialidades

Anexo: III – Localização da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um pequeno país da costa ocidental de África, com uma superfície total de 36 125 km² e com uma população de 1.704 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2013). Tem linhas fronteiriças a norte com o Senegal e a Leste e a Sul com a Guiné-Conacri.

A população da Guiné-Bissau é constituída por uma variedade de etnias, com línguas, estruturas sociais e costumes distintos. A maioria da população vive da agricultura e professa muitas vezes religiões tradicionais locais. As línguas mais faladas são o Fula e o

Mandinga, entre as populações concentradas no Norte e no Nordeste. Outros grupos étnicos importantes são os Balantas e os Papéis, na costa meridional, e os Manjacos e os Mancanhas, nas regiões costeiras do Centro e do Norte. A existência de grande diversidade étnica determina a existência de um mosaico linguístico, no qual são reconhecidas cerca de 30 (dialetos) diferentes.